

2

Economia emancipada: a ordem do descontrole e do risco

Nesta primeira parte do estudo sobre o descontrole das condições sociais nascido no domínio econômico moderno, examinamos sob o amparo de algumas reflexões sociológicas as consequências do expediente de flexibilização. A saber, as medidas com que o sistema econômico em função da livre circulação do capital no espaço global, pretende suprimir toda forma de planejamento, controle e circunspeção a longo prazo, tanto do mundo do trabalho quanto da esfera política. A “ordem do descontrole” é, como procuramos argumentar, um fenômeno coevo à desregulamentação econômica do trabalho e da política. É pela precarização de duas das principais atividades às quais a modernidade confiou o planejamento das trajetórias de vida, que a flexibilidade gera descontrole e sobrecarrega de riscos e instabilidade as trajetórias individuais e coletivas.

2.1

2.2 A revolução copernicana do capitalismo

2.1.1

Um novo trabalho para um novo capitalismo

Quando Richard Sennett, em *A corrosão do caráter*, examinou as consequências pessoais do trabalho de curto prazo e flexível, um novo tipo de trabalho que é símbolo dos nossos tempos, admitiu de saída uma radical inflexão na ordem econômica que ele registrou com a expressão “novo capitalismo”. Denominação que resguarda uma destacada afinidade com o modo como o sistema econômico atual se auto define. Trata-se de um “capitalismo flexível” para o qual o conceito de trabalho em exame converge. Flexibilidade é a marca de um capitalismo que agora ataca as estruturas estáveis da operacionalidade, burocracia e males de sua rotina pregressas. É este o novo capitalismo que demanda um mercado de mão de obra desregulamentado e trabalhadores flexíveis

ou adaptáveis às circunstâncias, a saber, pessoas de qualidades flutuantes, dispostas a assumir riscos contínuos, abertas a mudanças e projetos de curto prazo e sempre menos apoiadas em leis, medidas formais e outros mecanismos de estabilidade que ajudaram a plasmar a imagem do trabalho como carreira¹.

Em sua introdução para *A cultura do novo capitalismo* Richard Sennett sustenta ainda que a despeito do modo especificamente americano de lidar com o fenômeno da desregulamentação, as mudanças estruturais no trabalho por ele descritas com os olhos postos nos setores avançados da economia dos Estados Unidos, não têm decerto fronteiras nacionais. E isso, naturalmente, envolve tanto o fato de que, mesmo que ali os setores de ponta formem uma pequena fatia da economia, respondem por uma influência cultural muito acima dos valores numéricos que encerram, quanto o fato de que, como disse Daniel Bell, os Estados Unidos têm sido para todo o mundo “o protótipo do modo de vida burguês.” (Bell, 1994, p. 64).

Às razões apresentadas por Sennett e Bell a favor da universalidade do fenômeno da flexibilização econômica da política devemos acrescentar a franca disposição com que o novo capitalismo, em todas as partes do globo e segundo os trâmites políticos que a economia agora é capaz de mobilizar, se mostra realmente decidido a expandir o domínio da flexibilidade sobre o trabalho em particular e sobre as regras do jogo político de um modo geral. O fato é que, como afirma Ulrich Beck, as “formas flexíveis e plurais de subemprego se difundem” (Beck, 2010, p. 207). Há que se sublinhar portanto, em momento oportuno², que embora estejamos situados em um espaço de transições, o caminho que leva à extensão do

¹ “O sistema empregatício surgido no último século a partir de graves crises e conflitos sociais e políticos se apoia em *padronizações* intensivas em todas as suas dimensões básicas: do *contrato* de trabalho, do *local* de trabalho e da *jornada* de trabalho. A disposição da força de trabalho segue em sua configuração jurídica modelos contratuais que, em certa medida, são negociados em margens percentuais para setores e categorias profissionais inteiras. Tornou-se óbvio que o trabalho seja realizado de forma espacialmente concentrada, em (grandes) organizações fabris. O sistema empregatício também se assentava – com algumas exceções – até meados dos anos setenta na regra geral do ‘trabalho vitalício de jornada integral’ com parâmetro de organização temporal para o planejamento e mobilização de mão de obra na empresa, mas também para definir as circunstâncias biográficas. Esse sistema permite – em princípio – traçar claras delimitações entre trabalho e ócio, passíveis de fixação no espaço e no tempo, mas também contornos sociais e jurídicos distinguindo desemprego e emprego. *Em função das atuais e iminentes ondas de racionalização, esse sistema padronizado de pleno emprego começa a debilitar e a carcomer, através de flexibilizações a partir das margens, seus três pilares de sustentação – direito do trabalho, local de trabalho, jornada de trabalho.* Com isso, as fronteiras entre trabalho e ócio se tornam fluidas. *Formas flexíveis e plurais de subemprego se difundem.*” (Beck, 2010, p. 207. Grifos nossos)

² Assunto tratado na seção: “A política de co-operação econômica”.

alcance da flexibilidade nos faz testemunhas oculares de uma nova e independente função política da economia.

Com efeito, a efetiva flexibilização do mercado de trabalho implica o processo político de desregulamentação já há algum tempo em curso, o que em última análise significa uma partilha ou redistribuição de poder entre a política local e a economia global, cuja síntese antinômica instila uma aporia sem precedentes à soberania do Estado-nação. Essa apreciação, que aponta para um tema duplo e central das reflexões de Zygmunt Bauman, é, como indica o próprio autor, particularmente assinalada e exemplificada num evento (agora recorrente) discutido no artigo *O arquiteto do euro vai se confessar*. Texto de 1996 em que Pierre Bourdieu, provocado pela declaração feita por Hans Tittmeyer, então presidente do banco central alemão, reage visceralmente à aparente trivialidade de sua argumentação. Nesta ocasião Tittmeyer em estilo lacônico, e com a segurança de quem fala verdades óbvias sem riscos de suscitar qualquer sorte de reação, sustenta que “o que está em jogo hoje [na política] é criar condições favoráveis à confiança dos investidores. Para o que é necessário um rígido controle dos gastos públicos, o alívio da carga tributária, a reforma do sistema de proteção social e o desmantelamento das normas rígidas do mercado de trabalho.” (Bourdieu apud Bauman, 1999, p. 111)

A qualidade de ser flexível, politicamente exigida para o trabalho do novo capitalismo, refere-se à necessidade, economicamente autorreferida, de convertê-lo em uma variável ínfima o bastante para ser desconsiderada na trama de uma economia marcada pela mobilidade global do capital à procura de pastos verdes. A flexibilidade é o dispositivo que neutraliza as incômodas variações com que os investidores teriam de lidar, no caso de não interporem medidas à antiga “rigidez” das regras com as quais o Estado social arbitrava as condições do mercado de trabalho. De forma que o índice e a eficiência da flexibilidade do trabalho, num cenário econômico global em que a própria condição de arbítrio político foi de algum modo subvertida, podem ser aferidas pelo vigor com que os investidores controlam a conduta da mão de obra e expropriam seu poder de resistência.

Flexibilidade é a qualidade do que é elástico, arqueável, do que se dobra ou se curva sem opor resistência, do que se acomoda às circunstâncias, do que é facilmente influenciável e dócil, e que possui disposição para condições e atividades diversas. Em *Vidas desperdiçadas* Bauman sublinhou que quando os

políticos pedem ao eleitores que sejam flexíveis, querem na verdade “que se preparem para ter mais insegurança no futuro e busquem individualmente suas próprias soluções individuais para problemas socialmente constituídos” (Bauman, 2004a, p. 112). Sem meias palavras, flexibilidade é algo que aponta para um conjunto de circunlocuções que escamoteiam uma nova modalidade de controle de difícil leitura. A desqualificação sistemática da rotina e da burocracia rígida, mas também a ênfase sobre a adaptabilidade da mão de obra às circunstâncias, que são o mote com que a economia flexível alega oferecer liberdade aos indivíduos, abole as antigas regras do trabalho mas ao mesmo tempo inaugura e põe em funcionamento novos dispositivos de opressão.

Sennett e Bauman avaliaram os efeitos desnorteantes que a instabilidade do trabalho e do novo regime flexível, com forças econômicas livremente flutuantes e sem comprometimentos de longo prazo, instilam nos indivíduos. Naturalmente tais análises têm em conta o fato de que as condições da oferta e da procura no mercado de trabalho são radicalmente assimétricas. Se do lado da demanda por mão de obra flexibilidade implica a liberdade de se dirigir às partes do globo em que o pasto é mais verde; aos lugares que admitem a condição de desconsiderar o que quer que seja economicamente irrelevante, do lado da procura se passa o inverso. Os que recebem as cartas ingressam num jogo em que as regras mudam segundo padrões essencialmente cambiantes de flexibilidade dos operadores do capital, dos que fazem e desfazem as regras: “os empregos surgem e somem assim que aparecem, são fragmentados e eliminados sem aviso prévio, com as mudanças nas regras do jogo de contratação e demissão – e pouco podem fazer os empregados ou os que buscam emprego para parar essa gangorra.” (Bauman, 2004a, p. 113).

Presidido pelo pensamento em termos de curto prazo, que é o sinal inequívoco do capitalismo flexível, o mundo do trabalho se soma às novas condições sistêmicas que produzem e propagam incertezas e riscos, cuja derradeira consequência é desafiar a existência daquela “confiança básica” que Antony Giddens conceituou em *Modernidade e identidade* como a confiança “na continuidade dos outros e do mundo-objeto” (Giddens, 2002, p. 221). Ou se preferirmos, na própria estabilidade de que a organização da vida humana é a um só tempo provedora e carente.

A estabilidade e a confiança no mundo resultante de sua experiência, uma questão que constitui o pano de fundo do presente estudo é (como teremos a oportunidade de discutir com base nas contribuições do pensamento de Hannah Arendt) um dos aspectos estruturantes da existência humana. Estabilidade/confiança, que na afirmação de Giddens, é também “um fenômeno genérico e crucial do desenvolvimento da personalidade” (Giddens, 2002, p. 11) é algo cuja crise, a exemplo do que mostram as pesquisas de Richard Sennett, repercute igualmente na formação caráter.

Tendo destacado o fato de que o termo caráter concentra-se especialmente no aspecto de longo prazo com que, no âmbito de nossas experiências emocionais, postergamos a satisfação em vista de um fim futuro (como ocorre na lealdade e no compromisso mútuo); que em tais práticas e metas definidoras do caráter restam sempre considerações de longo prazo, Sennett avaliou o quanto o trabalho e as instituições flexíveis inviabilizam a formação do caráter tal como é tradicionalmente compreendido.

Se na questão do caráter valem “os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem”, importa considerar o que resiste como valor duradouro num sistema flexível ampla e progressivamente reconfigurado por uma economia de curto prazo. Uma economia que ao redefinir o trabalho e distingui-lo com a marca da mobilidade instaura uma verdadeira antinomia entre as qualidades do bom trabalho e as qualidades do bom caráter. Para Sennett, a substância da vida de trabalho numa economia orientada pelo curto prazo, resta inconciliável com o modo como o indivíduo deve conduzir-se eticamente. (Sennett, 2011, p. 88)

Afinal “como buscar metas de longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdades e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojatadas?” (Sennett, 2011, p. 10). No mundo do trabalho as redefinições de mérito e talento remetem agora à qualidades cambiantes do indivíduo flexível; a individualidade ideal do novo capitalismo. A volubilidade da nova economia e do trabalho impõe de fato a decisiva questão do quanto fomenta a experiência social com o efêmero e as sensações generalizadas e permanentes de estar à deriva e em condições de risco.

É verdade portanto que a ênfase sobre a flexibilidade deflagra uma mudança no próprio significado da palavra trabalho e de outras que lhe são correlatas. Sennett, por exemplo, observou que a palavra “carreira” em sua acepção originária, na língua inglesa, significava uma estrada para carruagens, e que uma vez aplicada ao mundo do trabalho passou a designar a trajetória das atividades econômicas de alguém ao longo de toda vida. O capitalismo flexível inviabiliza a estrada reta da carreira desviando repentinamente os indivíduos de um tipo de trabalho à outro. Ele pressagia o fim do emprego como o conhecemos, anunciando em seu lugar o advento do trabalho por contrato organizado em torno de “projetos efêmeros”, notadamente saturados de recomeços e incertezas³. Instabilidade e curta duração são portanto expressões que hoje traduzem as mais recentes marcas do trabalho. Tal “encurtamento do arco do tempo institucional”, como Richard Sennett (em *A cultura do novo capitalismo*) descreve o resultado das transformações sofridas pelo trabalho, “desorientou os indivíduos em suas tentativas de planejar estrategicamente suas trajetórias de vida, ao mesmo tempo que diminuiu a força disciplinadora da antiga ética do trabalho baseada na gratificação postergada.” (Sennett, 2006, p. 167)

Nesse caso, o processo de mudança induzido no conceito e nas vivências subjacentes ao mundo do trabalho é também um dos mais importantes expedientes para a inflexão na experiência social com o tempo (subjacente à nova economia), em que se forma uma mentalidade dominada pela curta duração, isto é, orientada por objetivos de curto prazo, imediatos. Seu advento e extensão registram igualmente a crise e o declínio da disciplina de trabalho fundada sobre o princípio da procrastinação; o preceito da ética protestante de adiamento da satisfação que endossou e conferiu legitimação de valor moral à acumulação do capital na fase “heroica do capitalismo” (Weber).

A ética do trabalho duplamente fundada sobre uso autodisciplinado do tempo e sobre o valor da satisfação adiada, foi alicerçada em instituições suficientemente estáveis para conferir sentido à postergação. No limiar da

³ “A ‘casualização’ da força de trabalho não diz respeito apenas ao emprego de trabalhadores temporários ou subempregados externos; aplica-se também à estrutura interna da empresa. Os empregados podem estar vinculados a contratos de três ou seis meses, frequentemente renovados ao longo dos anos. Com isto, o empregador pode eximir-se de pagar-lhes benefícios como seguro de saúde e pensões. Além disso, os trabalhadores vinculados por contratos de curta duração também podem ser facilmente transferidos de uma tarefa a outra, alterando-se os contratos para adaptá-los à evolução das atividades da empresa. E a empresa pode contrair-se e expandir-se rapidamente, depenando ou contratando pessoal.” (Sennett, 2006, p. 50).

modernidade, e por muito tempo, “dar duro e esperar” se manteve como um projeto socialmente difuso que, no mais das vezes, constituía uma experiência de profundidade na vida de trabalho, uma trajetória confiável, eticamente amparada e universalmente reconhecida.

Num mundo em que as instituições se definem como flexíveis e se refazem constantemente, em que o trabalho começa a ser redefinido segundo uma certa fragmentação do tempo (deixando-se melhor compreender à imagem de *episódios* do que da antiga ideia de *carreira*), a satisfação adiada entra em processo de erosão. As investigações de Richard Sennett constataram de fato que quando “a seta do tempo se partiu”, graças à introdução de uma “economia política continuamente planejada, que detesta a rotina, e de curto prazo” (Sennett, 2011, p. 117), os projetos de longo prazo – já não encontrando fácil acolhida numa sociedade em que despontava o ideal de flexibilidade –, começaram a claudicar. Sob o desgaste das condições a partir das quais se pode traçar uma trajetória confiável, particularmente as que nos permitem estabelecer objetivos duráveis, a vida de trabalho passou a se desvencilhar da ética que um por longo tempo moldou a existência das gerações precedentes⁴.

O novo capitalismo é algo que passa portanto pelas transformações operadas sobre o trabalho, isto é, pelo decisivo encurtamento do tempo institucional nele experimentado. Este encurtamento desnorteia os empenhos individuais relativos ao planejamento estratégico das trajetórias de vida e acaba minando o velho preceito comportamental que amparou o capitalismo desde a aurora da modernidade. A nova ordem do “curto prazo” rompe em princípio com a ética e com o temperamento que, como sabemos, desde Max Weber, estão radicados no protestantismo. Os pilares éticos que sustentaram o sistema valorativo tradicional a partir do mundo do trabalho, não poderiam permanecer incólumes no emergente regime da flexibilidade. Ao interditar o pensamento em

⁴ A flexibilidade enquanto destino que o novo capitalismo anuncia ao mundo do trabalho implica, sob a perspectiva de Richard Sennett, o “fim” de uma das contradições culturais que Daniel Bell, na década de 1970, julgou encontrar em seus estudos sobre a cultura americana, constituída sob dois eixos distintos dos valores capitalistas que supõe a separação entre as normas da cultura e as normas da estrutura social: “por um lado, a corporação de negócios quer um indivíduo que trabalha duramente, siga uma carreira, aceite uma gratificação postergada, quer dizer, que seja, em sentido tosco, um homem da organização. No entanto, em seus produtos e sua propaganda, a corporação promove o prazer, o gozo do momento, a despreocupação e o deixar ser. Se deve ser ‘reto’ de dia e ‘folião’ de noite. Esta é a auto realização.” (Bell, 1994, p. 78).

termos de longo prazo, o novo regime realmente solapou os projetos e a própria legitimação que sancionavam o trabalho orientado pela recompensa postergada.

Weber elucidou o parentesco íntimo e a combinação histórica entre a ascese da ética protestante (pressuposta nas práticas modernas de postergação) e a participação na vida aquisitiva. Suas análises começam por registrar que este protestantismo ascético exerceu uma influência direta na vida profissional a partir do sentido peculiar que a noção religiosa de vocação adquire com o protestantismo – cujos papéis legitimador e motivacional, para o trabalho e para a poupança, seriam basilares em um sistema econômico capitalista alicerçado na procrastinação, isto é, no planejamento de longo prazo das histórias individuais. Para o registro de sua abrangência convém recordar o dito de Weber de que “o tratamento do trabalho como ‘vocação’ tornou-se tão característico do moderno trabalhador, como a correspondente atitude aquisitiva do empresário” (Weber, 2001, p. 97). Na velha ética do trabalho por ele examinada o valor das práticas de austeridade e postergação, a partir de um controle sistemático do tempo de trabalho, se prende mais ao que há de voluntário em tais práticas, de disciplina auto imposta, do que àquilo em que nelas pode haver de submissão passiva.

A questão de como é que “uma atividade, que era, na melhor das hipóteses, eticamente tolerada, transformou-se em uma vocação no sentido de Benjamin Franklin” – ou de como a vida consagrada ao lucro e à aquisição pôde se tornar uma “vocação para a qual o indivíduo se sentisse com obrigações éticas” – é a indagação central que situa o conceito de vocação no centro do famoso ensaio de Max Weber, que aí avalia a relação entre a ética protestante e a formação do que ele chama de “espírito capitalista”. O espírito do capitalismo, um tipo ideal⁵ que Weber considera distinto de sua forma (o processo de racionalização e sistematização da produção em vista do lucro), é algo que a título de síntese se expressa no substrato das lições de Benjamin Franklin, que o sociólogo alemão reproduz no capítulo homônimo contido em seu ensaio. No contexto da metodologia weberiana, o caso Franklin funciona como elemento exemplar para uma descrição provisória deste conceito. Franklin, nas palavras do próprio Weber, “é um documento deste espírito, que contém aquilo que procuramos na sua pureza quase clássica.” (Weber, 2001, p. 39, 25)

⁵ “[...] um conjunto de elementos associados na realidade histórica, que unimos em um todo conceitual do ponto de vista de seu significado cultural.” (Weber, 2001, p. 25)

O fator decisivo que nas lições de Franklin permite a Weber tonar operacional a noção de “espírito capitalista” como uma certa mentalidade histórica (algo que em princípio se distingue de sua forma), é, acima de tudo, o ideal de um indivíduo honesto que, dentro da legalidade, concebe e admite como dever o rigoroso empenho voltado para aumento do capital. Para ele propósito principal, ilimitado, auto justificado e sinal de virtude moral em suas ações e empreendimentos. Para Weber, o sinal inequívoco de que esta conduta expressa uma ética autêntica, e não apenas um entre outros modos de vida, é suficientemente manifesto no fato de que ela constitui um fim em si cuja ausência carrega a mácula social da indolência, do descuido, do desinteresse, da falta para com o dever, em suma, da fraqueza moral.

O espírito do capitalismo que Max Weber colhe nas máximas de Benjamin Franklin deve ser entendido como uma orientação, uma ética de vida que reconhece no empenho metódico consagrado ao trabalho e na perseguição implacável da riqueza, aliadas à negação de todo gozo espontâneo da vida – portanto e em última análise na própria autodisciplina e na procrastinação – um dever moral irrenunciável. A determinação em perseguir tais objetivos são “o resultado e a expressão de uma virtude e de proficiência em uma vocação” (Weber, 2001, p. 28). Uma vocação profissional cujos frutos e valores a serem provados, se subordinam e trazem à ribalta da conduta ética uma certa tendência ascética bastante notável nas pregações de Franklin arroladas por Weber, no que são particularmente representadas pela seguinte exortação:

Guarda-te de pensar que tens tudo o que possuis e de viver de acordo com isto. Este é um erro que cometem muitos que têm crédito. Para evita-lo, mantém por algum tempo a conta exata de tuas despesas e da tua receita. Se tiveres o cuidado de, inicialmente, registrar os detalhes isso terá o seguinte efeito salutar: descobrirás como as mínimas e insignificantes despesas se ameaham em grandes somas, e discernirás o que poderia ter sido e o que poderá ser economizado para o futuro, sem grandes inconvenientes. (Franklin apud Weber, 2001, p. 26)

A vocação profissional, ponto de intersecção entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, é algo que encontramos embrulhado no mesmo pacote que contém o ascetismo compreendido como princípio de adiamento da satisfação, que Weber chama de “ascetismo laico”. Estes dois elementos que são inseparáveis também no sistema econômico capitalista examinado por Weber, selam a inerência originária na radicação religiosa que têm em comum. O conceito religioso de vocação que a Reforma Protestante termina por anexar ao trabalho

secular do cotidiano (conferindo-lhe assim um valor inusitado) desloca a devoção, mas também as reservas morais da ascese monástica, para o plano intramundano, no qual tais virtudes se traduzem fundamentalmente em autocontrole e postergação.

É este o sentido de ascetismo leigo transmitido pela Reforma: a maneira aceitável de viver, aos olhos de Deus, não passa, como pretende a ascese monástica, pela superação da moralidade secular, antes requer a resoluta devoção às tarefas confiadas ao indivíduo por meio da vocação profissional. O ascetismo leigo, como mostra obstinadamente o caso Franklin, é a prática de autonegação capitalista com ênfase sobre o uso disciplinado do tempo e a primazia do poupar sobre o gastar⁶. Para Weber não há dúvida de “que já na palavra alemã *Beruf*, e, quem sabe, ainda mais, na palavra inglesa *calling*, existe uma conotação religiosa – a de uma tarefa ordenada, ou pelo menos sugerida, por Deus – que se torna tanto mais manifesta quanto maior for a ênfase no caso concreto.” (Weber, 2001, p. 43)

Weber insiste que a responsabilidade na vocação profissional tão familiar ao capitalismo de seus dias, na verdade a ética social e a própria base deste sistema econômico – uma obrigação que o indivíduo deve sentir e realmente sente relativamente ao conteúdo de sua atividade profissional –, não é produto da natureza. Mas também adverte que antes mesmo de constituir um hábito formado pelo processo que é um misto de “educação” e pressão, com rédeas que estão sob o controle do capitalismo, o compromisso ético com a ideia de vocação com um sentido estritamente profissional (como valorização do cumprimento do dever dentro das profissões seculares), encontrou acolhida e uma posição de destaque no protestantismo a partir de Lutero. Graças à aplicação da noção peculiar de vocação ao trabalho, testemunhada pelo sentido contemporâneo que ainda liga os dois termos, o capitalismo encontrou na ética protestante um poderoso aliado numa fase decisiva de seu desenvolvimento.

⁶ “Combinando a restrição do consumo com essa liberação da procura de riqueza, é óbvio o resultado que daí decorre: a acumulação de capital através da compulsão ascética à poupança. As restrições impostas ao uso da riqueza adquirida só poderiam levar a seu uso produtivo com investimento de capital. A força dessa tendência não é suscetível de mediação numérica exata. Na Nova Inglaterra, essa relação apareceu, entretanto, com tanta ênfase que não escapou aos olhos de um historiador minucioso como Doyle. Mas, também na Holanda, que só chegou a ser governada pelo calvinismo mais estrito durante sete anos, a maior simplicidade da vida nos círculos mais religiosos, junto com um grande riqueza, levou a um grande propensão ao acúmulo de capital” (Weber, 2001, p. 94)

Para uma análise um pouco mais precisa da *Ética protestante* de Max Weber, particularmente atenta ao temperamento implicado na organização de longo prazo da história de vida pelo trabalho, devemos considerar o que Richard Sennett afirma sobre o marco característico da teologia de Lutero, a saber, que “sua teologia é a do indivíduo” (Sennett, 2011, p. 124) e não a do homem como membro de uma comunidade. Isso significa que aquele que houvesse renunciado a idolatria católica dos ícones teria de enfrentar sozinho as questões da fé.

O indivíduo protestante é eticamente responsabilizado por seu tempo vivido em particular, por moldar uma história de vida moralmente significativa. Embora possa controlar uma parte ínfima do que lhe acontece deve assumir responsabilidade por toda sua trajetória. Daí que deva ser tão diligente quanto possível. A declaração de Lutero de que ninguém pode estar seguro de sua própria contrição expressa a dúvida quanto à possibilidade do indivíduo protestante justificar sua história de vida, e, ao mesmo tempo, fornece o fundamento para a exigência do empenho zeloso no cumprimento de seus deveres.

Essa dúvida que atormenta o cristão protestante é expressa em toda sua dramaticidade nas doutrinas teológicas da predestinação e da prova, de João Calvino. Tudo parte do dogma calvinista de que o homem e o mundo existem para a glória de Deus. A eleição que Deus faz de certos homens também é para sua própria glória. Aquele que por obras constantes glorifica a Deus, sente subjetivamente assegurada a salvação de sua alma, embora ela de forma alguma decorra de tais obras. Para Calvino a fé tinha de ser provada por seus resultados objetivos, único meio de fornecer uma base segura para confiar na salvação e aliviar o terror da danação eterna.

Ainda que inúteis como meio de alcançar a salvação, as boas obras eram sinais indispensáveis de escolha ou da eleição, cuja dúvida acossava permanentemente a mentalidade protestante. Tendo interditado o expediente “mágico” com que o sacerdote católico, pelo sacramento da absolvição, dispensava a expiação do penitente arrependido, o calvinismo lançou o crente “em um destino inexorável que não admitia alívio nenhum”. Daí que “o Deus do calvinista requeria de seus fiéis não apenas ‘boas obras’, mas uma vida de boas obras, coordenada em um sistema unificado” (Weber, 2011, p. 64) de esforços, irremediavelmente privado de consumação.

No combate à aflição que atormenta o indivíduo, o calvinismo “oferecia ao protestante, em vez do bálsamo do ritual, um remédio mais amargo: trabalho árduo implacável, voltado para o futuro” (Sennett, 2011, p. 124). O calvinismo sistematiza e confere um vigoroso ímpeto ao empenho metódico que é um traço típico do ascetismo leigo, ao mesmo tempo em que reforça um temperamento ajustado ao planejamento extremo das trajetórias individuais, particularmente confiada à organização da história de vida a partir do trabalho árduo, com a possibilidade de obter aí um sinal de eleição. Weber destaca não ser produto de mero acaso que os participantes da última grande revivescência das ideias protestantes tenham sido chamados de “metodistas”. A expressão ressalta o fato de que apenas de uma mudança sistemática e minuciosa dos hábitos de vida, poderiam emergir sinais seguros da eleição.

No centro da célebre tese de Weber figura a descoberta de uma ética em princípio adaptável, e, do ponto de vista histórico, efetivamente adaptado às peculiaridades do capitalismo. Uma ética que para ser incorporada à estrutura econômica da vida social e prevalecer sobre as demais⁷ precisou emergir de algum lugar não a partir de manifestações esparsas de indivíduos isolados, mas antes como modo de vida comum a coletividades inteiras de homens. Para Weber, por obra do protestantismo e não por acaso, o “espírito capitalista”, ou antes, o espírito que anima o capitalismo na medida em que lhe confere motivação e legitimidade, pairava sobre Massachusetts (a terra natal de Benjamin Franklin) antes mesmo do estabelecimento do capitalismo. Weber compreende enfim que a maior disposição para poupar do que gastar, amparada num planejamento rigoroso do tempo de trabalho – ponto de intersecção entre ascetismo leigo e a economia

⁷ “Um estado mental como o expresso nas passagens que citamos de Franklin e que receberam o aplauso de todo um povo teria sido proscrito como o mais baixo tipo de avareza e como um atitude inteiramente desprovida de respeito próprio, tanto na Antiguidade como na Idade Média, sendo, geralmente, ainda assim consideradas por todos aqueles grupos sociais que estão pouco envolvidos pelas condições do capitalismo moderno ou pouco adaptados a elas.” (Weber, 2001, p. 29-30). No livro I de *A política* de Aristóteles encontramos uma das mais representativas condenações históricas para o estado mental semelhante ao de Franklin. No caso de Aristóteles a ácida crítica se deve ao fato de que uma tal mentalidade confunde os meios com a finalidade da existência que ele identifica com o bem viver: “A quantidade de riqueza que daria independência financeira adequada para uma vida boa não é ilimitada. [...] A arte da cura aspira a produzir saúde ilimitada, e todas as outras artes aspiram a um objetivo próprio sem limites; e desejam assegurar isso no mais alto grau; por outro lado, os meios em direção aos fins não são ilimitados; o fim, em si mesmo, estabelece um limite para cada caso. Mas para esse tipo de enriquecimento o fim não oferece limites porque a riqueza e sua acumulação são, em si mesmas, a finalidade.” (Aristóteles, 2000, p. 157, 159)

de seu tempo –, passa do protestante ao capitalista através das exigentes práticas de autodisciplina e autonegação.

“Se no começo o trabalho e as riquezas foram os signos da eleição, no século seguinte se converteram no em símbolos da respeitabilidade” (Bell, 1994, p. 68). Em Massachusetts Weber julgou encontrar o estado mental e o protótipo desta cultura social. Em suas análises Franklin é o próprio ícone do homem motivado, decidido a dar provas de seu valor moral pelo trabalho, pela poupança e uso disciplinado do tempo.

Benjamin Franklin, o espirituoso e mundano diplomata, inventor e estadista, aparece nas páginas de Weber como temendo o prazer e obcecado pelo trabalho, por trás de seu exterior afável, contando cada momento de tempo como se fosse dinheiro, negando-se constantemente uma cerveja ou um cachimbo para poupar, pois cada centavo guardado servia em sua mente como um pequeno sinal de virtude. Por mais diligentemente que um homem ou mulher pratique a ética do trabalho, porém, persiste a dúvida sobre si mesmo. Franklin carrega o medo persistente de não ser bastante bom como é, mas nenhuma conquista jamais parece suficiente; não há consumações neste esquema de coisas. (Sennett, 2011, p. 125)

É verdade que a velha disciplina de trabalho, com sua austeridade e disciplina marcantes, impunha fardos pesados que oprimiam sobremaneira o trabalhador. Weber os reconhece quando admite que dar provas de valor individual na forma de “ascetismo leigo” tendia para práticas autodestrutivas, que o compulsório adiamento da satisfação encobre uma fraude, pois uma vez que a aplicação aos esforços de trabalho e poupança nunca se consumam, também as recompensas prometidas jamais chegam.

Seja como for, não se deve esquecer que os valores do trabalho radicados na ética da satisfação adiada modelaram um estado mental, um temperamento ou um conjunto de traços morais e psicológicos a partir dos quais os indivíduos orientaram e modelaram suas vidas segundo projetos de longo prazo. Este, como sabemos, é o pano de fundo que desaparece justamente com a ética da procrastinação, cujo processo de desgaste é um fenômeno coevo ao advento do trabalho flexível.

A noção protestante de vocação que por um longo tempo orientou o mundo do trabalho era empregada, como o próprio Weber afirmou, “no sentido de um plano de vida, de uma determinada área de trabalho” (Weber, 2001, p. 43), enfim, de uma carreira. Uma carreira que o capitalismo flexível se mostra realmente decidido a inviabilizar e, assim, a marcar o trabalho com o signo da eventualidade, do risco e da desorientação, refratárias a qualquer forma de

planejamento. Trata-se neste caso de uma nova forma de trabalho cuja particularidade é não comportar projetos para organização de longo prazo das histórias de vida. Com entusiasmo ou a contragosto os indivíduos ingressam agora em um mercado de trabalho que é cada vez menos receptivo ao planejamento estratégico de suas trajetórias profissionais. “O futuro profissional após a formação universitária não se perde no caminho, mas se torna imprevisível e incalculável. Consequentemente, o planejamento de longo prazo é, com frequência, substituído pela dedicação às possibilidades passageiras” (Beck, 2010, p. 227)

“O homem-poupança”, analisado por Weber, é também o homem que pelo trabalho e de forma extremada “vive o futuro em cada parcela do presente” (Lima, 2011, p. 59), que portanto e em última análise planeja a vida a partir das experiências com instituições estáveis com que ele modela a si mesmo. A gratificação era postergada no presente em vista de metas de longo prazo. Por muito tempo na história do capitalismo o trabalho foi definido segundo uma afinidade com o futuro (carreira), para o qual ele se voltava no sentido de organização de um plano de vida. Este aspecto do trabalho ancorado na estabilidade, numa certa confiança nas instituições humanas que nos permite o planejamento da vida, está chegando ao fim nas instituições de ponta do capitalismo flexível. De maneira inversa o trabalho agora se define como errático, episódico e arriscado. Integra o rol dos dispositivos para uma deliberada reorganização do tempo institucional, que na economia do novo capitalismo flexível e mutante é o tempo do curto prazo⁸.

⁸ Além de Richard Sennett, Zygmunt Bauman é um dos mais atentos analistas do problema da instabilidade. Para Bauman, assim como a acumulação não afeta apenas a ordem econômica (como mostra a ética do trabalho-poupança), também sob o domínio de uma mentalidade organizada segundo o pensamento de curto prazo, a provisoriidade se espalha e cria níveis correlacionados com repercussões pessoais seríssimas: “Os compromissos (contratos de emprego, acordos de casamentos, arranjos para ‘viver juntos’) são assumidos tendo-se em mente uma ‘opção de cancelamento’, sendo considerados mais desejáveis e de maior qualidade segundo a firmeza de suas cláusulas ‘de desfazimento’. Em outras palavras, está claro desde o início que o depósito de lixo será de fato, tal como deveria e como tende a ser, seu derradeiro destino. A partir do momento em que nascem, os compromissos são vistos e tratados como refúgio em potencial. A fragilidade (do tipo biodegradável) é, portanto, vista como uma vantagem deles. É fácil esquecer que os compromissos que criam vínculos foram procurados em primeiro lugar, e continuam a ser procurados, para se eliminar aquela desorientadora e aterrorizante fragilidade da existência humana. Esvaziada da confiança, saturada de suspeita, a vida é assaltada por antinomias e ambiguidades que ela não pode resolver. À espera de ir em frente sob o signo do lixo, ela cai do desapontamento para a frustração, aterrissando a cada vez no próprio ponto de que desejaria escapar quando começou sua jornada exploratória. Uma vida assim vivida deixa atrás de si uma

2.1.2

A ética do novo trabalho e a crise da perícia

O princípio da satisfação adiada, como fundamento axiológico da vida de trabalho segundo projetos de longo prazo e antiga base de sustentação do capitalismo, tem de perder o valor num regime cujas instituições mudam rapidamente. A flexibilização do trabalho, com todas as implicações que isso comporta, é um fenômeno emergente de codificação ética própria com novas convicções sobre mérito e talento, que traduzem o colapso e mesmo a inversão da antiga ética do trabalho com ênfase sobre a vocação, a competência, as habilidades e as realizações de longo prazo (ascetismo leigo).

O fenômeno da flexibilização implica portanto o fim do trabalho como conjunto de práticas que podiam sustentar o sistema valorativo tradicional do capitalismo, no qual “o indivíduo colhido nos labores do ascetismo leigo lutando para adquirir controle sobre si mesmo [...], realizava a teologia do indivíduo de Lutero num mundo secular.” (Sennett, 2011, p. 130). Isso significa que os valores do trabalho que dependiam de um vigoroso senso de caráter pessoal, alicerçado sobre o uso autodisciplinado do tempo, com ênfase em práticas voluntárias ou autoimpostas, estão agora mais dependentes de qualidades flutuantes do indivíduo flexível; o indivíduo adaptável às circunstâncias essencialmente cambiantes da economia global politicamente emancipada.

Ao contrário da ética precedente, a ética do novo trabalho tem as raízes lançadas num ordenamento econômico inteiramente voltado para o presente, em cujo contexto as virtudes da vida de trabalho se definem mais em termos de aptidões potenciais instáveis (que incorporam a “adaptabilidade” ideal da nova economia), e de empenhos aparentemente colaborativos (claramente situados na superfície da experiência profissional), que em termos de capacidades e talentos individuais fundados na autodisciplina, na vocação e na experiência acumulada. Daí que a “superficialidade degradante”, a ausência de objetivos duráveis somada à ênfase sobre qualidade fugidias do indivíduo flexível, seja para Sennett o signo do novo trabalho e dos valores que o orientam. O destaque sobre a

série de relacionamentos frustrados e abandonados – o refugio das condições globais de terra de fronteira, notória por reclassificar a confiança como um signo de ingenuidade e uma armadilha para o inábil e o simplório.” (Bauman, 2004a, p. 115-6)

cooperatividade e a adaptabilidade às circunstâncias, típicas do trabalho em equipe, traduzem os valores da ética do trabalho que se situam na superfície, vale dizer, na dimensão mais rasa da experiência profissional.

Esses valores, como os da antiga ética do trabalho, estipulam igualmente que “só um tipo de ser humano é capaz de prosperar em condições sociais instáveis e fragmentárias” (Sennett, 2006, p. 13). Mas, ao contrário do que se passa no regime em que prevalece o imperativo da procrastinação, a individualidade ideal do regime flexível deve antes de tudo saber se ajustar à organização do trabalho segundo projetos de curto prazo, assim como deve estar permanentemente disposta a mudar não apenas de uma tarefa para outra, mas também de um emprego a outro e de um lugar a outro. No limite, o indivíduo ideal deve estar disponível para improvisar sua própria narrativa de vida e se desvencilhar das experiências precedentes.

Há que se destacar ainda, no curso das reflexões de Richard Sennett, que no domínio da flexibilidade esse desafio impõe ainda problemas incontornáveis ao desenvolvimento do talento profissional como ele foi tradicionalmente admitido, já que o fluxo constante das exigências renovadas impele à necessidade contínua de descobrir e fazer aflorar as capacidades potenciais de breve vida útil. O domínio da flexibilidade que avança sobre o mundo do trabalho combate o talento e o mérito pressupostos na determinação de aprender a fazer bem apenas uma coisa. Este compromisso que é o espírito típico do artesanato, e a substância mesma da antiga noção de vocação profissional, é algo que no domínio do mundo flexível tende a revelar-se economicamente destrutivo. Razão porque talento e mérito têm de ser redefinidos sob condições instáveis. É neste contexto que o ideal do artesanato corporificado na perícia cede lugar às habilidades potenciais do indivíduo flexível, e o valor da capacidade de adaptação às circunstâncias sobrepuja o mérito das realizações passadas, que doravante devem ser deixadas para trás.

É oportuno destacar o que Richard Sennett disse a respeito desse fenômeno realmente singular. Abrir mão das experiências e permitir que o próprio passado fique para trás no mundo do trabalho, em nome de habilidades potenciais, isto é, da adaptabilidade, implica a exigência de um temperamento, um traço de

caráter específico do homem desejável ao novo capitalismo⁹. Esta individualidade ideal orientada pelo curto prazo “só pode ser encontrada – para colocar as coisas em termos simpáticos – em seres humanos nada comuns. A maioria das pessoas não é assim, precisando de uma narrativa contínua em suas vidas. Orgulhando-se de sua capacitação em algo específico e valorizando as experiências por que passou.” (Sennett, 2006, p. 14)

Todo centavo que Benjamin Franklin amalhava ao preço da satisfação pessoal ressoava à si mesmo como sinal de virtude num cenário em que “tempo é dinheiro”, mas também num cenário em que as virtudes do trabalho (a despeito de toda avareza manifesta), leva em conta a realizações passadas materializadas na riqueza; símbolo derradeiro do mérito que revela um certo talento pessoal ou da perícia em algo. Sob a ética da procrastinação uma pilha de dinheiro e um tanto de bens somente se convertiam em símbolos de respeitabilidade se nascessem do empenho zeloso numa vocação. O que significa que, mesmo sob o signo do ganhador de dinheiro, em última análise, estão em conta a trajetória, as habilidades e as experiências pessoais do indivíduo trabalhador. Portanto, parece-nos suficientemente claro que aí os conceitos de vocação e virtude – ainda que simbolizados na riqueza –, em alguma medida encerram aquele ideal do artesanato que em geral encontramos no talento; a perícia implícita no empenho em fazer uma só coisa para fazê-la bem.

A maneira mais breve, ainda que um tanto superficial de ilustrar a guinada nos valores do trabalho, consiste em explicitar as diferenças conflitantes entre a perícia e as habilidades potenciais hoje requeridas pelas organizações de ponta no mundo do trabalho. Tais exigências comportam as respectivas experiências de profundidade e de superfície subjacentes à vida de trabalho do capitalismo tradicional e do novo capitalismo. Elas informam o teor das transformações

⁹ Richard Sennett também trata sobre as novas ‘virtudes’ do trabalho em *A corrosão do caráter*. Nesse contexto há uma espirituosa passagem que vale a pena reproduzir: “capacidade de desprender-se do próprio passado, confiança para aceitar a fragmentação: estes são dois traços de caráter que aparecem em Davos [cidade sede do Fórum Econômico Interacional] entre pessoas realmente à vontade no novo capitalismo. São traços que encorajam a espontaneidade, mas ali na montanha essa espontaneidade é, na melhor das hipóteses, neutra. Esses mesmos traços de caráter que geram a espontaneidade se tornam mais autodestrutivos para os que trabalham mais embaixo no regime flexível. Os três elementos do sistema de poder flexível corroem o caráter de empregados mais comuns que tentam jogar segundo as mesmas regras. Ou pelo menos foi o que constatei descendo da montanha mágica e voltando a Boston.” (Sennett, 2011, p. 73)

culturais efetivadas no interior deste sistema econômico, implicadas na passagem da ênfase sobre tarefas de longo prazo à transações de curto prazo.

A mais abrangente definição de perícia, como Sennett a apresenta, consiste em “fazer algo bem feito apenas por fazer. A autodisciplina e a autocrítica”, neste caso, “estão presentes em todos os terrenos da perícia; os padrões devem ser observados e a busca da qualidade também se torna um fim em si mesmo” (Sennett, 2006, p. 98). Na perícia importa o compromisso notadamente desinteressando, do ponto de vista do indivíduo, com a qualidade da objetivação.

Em qualquer plano profissional, tanto no capacitado quanto no não-capacitado, o indivíduo tem o seu desempenho julgado pelo objeto produzido ou pelo serviço prestado ter sido bem feito ou não. Assim, a capacidade de proporcionar orgulho pelo que é bem feito é um traço característico da perícia. Por ela, a qualidade da objetivação se torna um fim em si mesmo; algo que é feito por sua própria importância. A perícia é um dos traços inconfundíveis do *homo faber*. O que ela supõe é a capacitação em algo específico, (sinal de compromissos e esforços sistemáticos do indivíduo), o valor das experiências sem as quais não teria sido cultivada, mas também um sentido humano de objetividade que independe de considerações subjetivas de qualquer tipo.

A substância do conflito entre a perícia e as instituições do capitalismo flexível, particularmente o trabalho, é expressa no compromisso de longo prazo embutido na qualidade da objetivação de que a perícia não pode ser destacada. Sob o espírito da perícia, quanto mais habilitados para o exercício de uma atividade, mais nos preocupamos em bem desenvolvê-la. Todavia, o aprofundamento é precisamente o que não se ajusta aos projetos e tarefas de curto prazo, que nas organizações flexíveis passam por constantes alterações. Neste terreno avesso a rotinas, teme-se que as experiências profissionais lancem raízes.

No âmbito da flexibilidade o empenho, em certa medida, obsessivo da perícia (signo de mérito e virtude na antiga ética do trabalho), tende a ser radicalmente desqualificado como vício; bloqueio pessoal e apego à rotina. A perícia requer tempo para um mergulho profundo e intenso em certas experiências da vida de trabalho. Mas este requisito vai de encontro com as instituições que demandam dos indivíduos habilidades potenciais múltiplas, a saber, a capacidade de improvisar em muitas coisas e de se acomodar às circunstâncias cambiantes da nova economia.

A perícia, nas instituições de ponta do mundo flexível, já é de fato um obstáculo a ser vencido. Seu antigo posto de virtude e (ao lado da procrastinação) valor supremo na ética do antigo trabalho, passa a ser ocupado pela “aptidão potencial” que é essencialmente inespecífica – uma anti-perícia por definição. Dela derivam a superficialidade e a condição de fluidez que Richard Sennett demonstrou ser de fato degradantes na vida de trabalho. Já que por tais atributos o novo trabalho acaba erodindo o valor das realizações e das experiências acumuladas por meio de capacitações fixas e sob condições estáveis¹⁰.

A fragilidade do controle sobre o trabalho nas organizações de ponta, nas quais tal atividade não mais se define como uma posse e nem mesmo tem um conteúdo fixo, demanda realmente um novo traço de caráter. Quando o trabalho se converte em uma posição vacilante numa rede de mudanças constantes, as instituições valorizam não as capacitações fixas incorporadas na perícia, mas antes as aptidões postizas e superficiais. Neste contexto flexibilidade é uma circunlocução para a “virtude” cardeal do novo capitalismo que, sem subterfúgios, poderíamos chamar pura e simplesmente de resignação. Se é verdade que no novo capitalismo nasce um “mundo de trabalho de estilo roleta” (Sennett, 2011, p. 134), espera-se que os indivíduos sejam apenas bons jogadores, que aceitem e se acomodem da melhor forma possível às regras flutuantes do novo jogo econômico. Um jogo (de azar e não de habilidades, de aptidões potenciais e não de perícia) cioso em fazer das necessidades do jogar uma virtude, e da disposição para correr riscos um ato de heroísmo.

Abrir mão da perícia, das experiências acumuladas, do passado e da própria condição de estabilidade que a vida humana reclama, supõe um traço de caráter realmente incomum, um temperamento extraordinário determinado a se alojar na desordem de uma economia marcada por contingências e riscos insondáveis. Mais do que a capacidade de se desprender de seu próprio passado e

¹⁰ “Uma organização em que os conteúdos estão constantemente mudando requer mobilidade para resolver problemas; qualquer envolvimento profundo num problema seria contraproducente, pois os projetos terminam tão abruptamente quanto começam. O analista de problemas que pode seguir em frente, cujo produto é a possibilidade, parece mais afinado com as instabilidades que governam o mercado global. A capacitação social exigida por uma organização flexível é a faculdade de trabalhar bem com outros em equipes de curta duração, mas não haverá tempo para conhecer os outros bem. Toda vez que a equipe se dissolve e o indivíduo entra para um novo grupo, o problema a ser resolvido é entrar em ação com a possível rapidez junto a esses novos colegas. ‘Posso trabalhar com qualquer um’, eis a fórmula social da aptidão potencial. Não importa quem é a outra pessoa; nas empresas sempre em rápida mudança, não pode importar. A capacitação do indivíduo está na cooperação, quaisquer que sejam as circunstâncias.” (Sennett, 2006, p. 117)

de sustentar uma decidida tolerância para com a fragmentação, a força de caráter ajustada ao novo capitalismo precisa ainda estar disposta a arriscar. Pois a desorientação do trabalho no mundo flexível, como em todo jogo de azar, implica uma marcha para a incerteza.

Ulrich Beck afirmou que na “modernidade avançada, a produção social de riqueza é sistematicamente acompanhada pelas produções sociais de riscos” (Beck, 2010, p. 178). Com efeito não há dúvidas de que o capitalismo flexível é também, em última análise, um sistema econômico de risco no qual a disposição para arriscar, mais do que um atributo da atitude aquisitiva do empresário, se torna (por força de necessidades econômicas) um sentimento de dever que se espera encontrar no trabalhador moderno. Na cultura de instabilidade que vem emergindo, as qualidades do trabalho se afina mais com explorar posições numa rede de possibilidades móveis, do que ficar parado num emprego precário que não dá os menores sinais de firmeza.

Uma vez alinhado aos incertos lances de uma roleta, o trabalho já não pode ser institucionalmente planejado numa economia de risco. O que esta nova economia requer de seus agentes, empresários e trabalhadores, é a confiança inabalável para permanecer e habitar na desordem de que a própria produção social de riqueza agora depende. Parodiando o dito de Weber acerca da centralidade da “vocação” no velho sistema de trabalho de seus dias, diríamos hoje que “o tratamento do trabalho como ‘risco’ tornou-se tão característico do moderno trabalhador, como a correspondente atitude aquisitiva do empresário.” Tanto quanto investir, trabalhar em inúmeras “frentes” e ser flexível, sob condições de riscos, é o modo mais sensato de se instalar em meio a fragmentação e a instabilidade. É a energia particularmente necessária à vida de trabalho que já não procura e nem deve tentar se fixar ou mesmo se planejar, e, de um modo geral, o traço de uma existência experimentada em estado de puro processo. Sob este ângulo de uma vida privada de estabilidades, propensa à mudanças e imersa em processos, devemos fazer uma derradeira consideração a respeito da crise em torno da perícia, que encontramos na reflexões de Richard Sennett.

Dissemos acima que a perícia artesanal, compreendida como o compromisso desinteressando com a qualidade das objetivações, manifesta um dos traços inconfundíveis do *homo faber*. De sua erosão, incontornável no mundo emergente do trabalho móvel, resulta portanto outra questão decisiva em nossos

dias: mais do que o provável fim do compromisso em fazer alguma coisa bem-feita, o que a atual crise da perícia denuncia é a ruína do valor objetivo de tais coisas. Quando admitimos que “alguém só utilizará as palavras correto e bom para elogiar a maneira como algo foi feito se acreditar num padrão objetivo exterior a seus próprios desejos, e mesmo exterior à esfera das recompensas que partam de outros” (Sennett, 2013, p. 178), compreendemos por que a crise do envolvimento em profundidade (aspecto característico da perícia) supõe o declínio daquele padrão de objetividade com que conferimos valor em si ao mundo humano das objetivações.

O valor concedido à qualidade das objetivações, independentemente de considerações subjetivas, nos reporta àquele modo caracteristicamente humano de relação com os artefatos, cujo pressuposto é a consecução de algo importante o bastante para justificar a si mesmo. Em última análise, o que a qualidade de qualquer objetivação supõe é o espírito do artesanato; o compromisso desinteressando com a edificação de um mundo objetivo de coisas, que é o princípio da perícia em particular, e do *homo faber* em geral. Se o espírito do artesanato finalmente sucumbir aos valores do trabalho e da cultura em ascensão veremos abatida uma parte, em nada desprezível, do compromisso humano implícito na edificação do mundo. Sob a ruína crescente deste empenho desinteressado, numa economia de consumo, prevalecem os critérios subjetivos de valoração do mundo que fazem da sobrevivência e da fruição, do processo vital (como teria dito Hannah Arendt) ao invés da objetividade e da duração, os únicos critérios para a relação com as coisas, mas também para o engajamento ativo nos assuntos humanos¹¹.

¹¹ “O valor mais característico da sociedade de consumidores, de fato seu metavalor, o valor supremo em relação ao qual todos os outros são levados a justificar seus próprios valores, é a *vida feliz*. Nossa sociedade de consumidores talvez seja a única na história humana a prometer felicidade na *vida terrena, aqui e agora*, em cada um e todos os ‘agora’ – uma felicidade não postergada e sempre contínua; é a única que se abstém de justificar qualquer variedade de *infelicidade*, que se recusa a tolerá-la e a apresenta como uma abominação a exigir castigo para seus culpados e compensação para as vítimas.” (Bauman, 2011a, p. 171)

2.1.3

Vida a crédito e consumismo: a procrastinação de cabeça para baixo

Apesar das notáveis mudanças operadas sobre o mundo do trabalho, a mais radical das transformações já registradas no capitalismo passa antes de tudo pela ênfase inusitada sobre a capacidade que os rendimentos do trabalho asseguram: a capacidade de consumo. Chamamos de revolução copernicana do capitalismo a virada extraordinária que, no interior deste sistema econômico, substitui o imperativo da satisfação adiada e as realizações a longo prazo pelo princípio consumista da satisfação imediata e renovada; a frugalidade pela prodigalidade, o ascetismo pelo gasto dispendioso, as práticas compulsórias de poupança e postergação pelo desejo incontido de felicidade aqui e agora perseguido via consumo¹².

Se a questão do consumo leva-nos de fato ao cerne da nova economia, deste outro lado da análise do trabalho, a saber, o destino atualmente mais comum de seus rendimentos, a palavra consumo tem prioridade sobre flexibilidade como qualificativo maior da presente economia. Para o nosso propósito importa mostrar que a era do crédito, na medida em que coroa a nova economia de consumo, mais do que desferir os derradeiros golpes na antiga ética da procrastinação a subverte, ou seja, coloca seu princípio de base de pernas para o ar.

Que no âmbito do consumo a economia flexível responde de fato pela inversão das exortações com que Benjamin Franklin (o tipo exemplar da velha ética do trabalho), recomendava a contrição material neste mundo como padrão de excelência de uma vida conduzida segundo os limites ditados pelo dever de poupar, pode ser evidenciado pelo fato de que o consumo elevado foi a um só tempo alçado à condição de vida desejável e, principalmente, fim legítimo da nova ordem econômica.

Em nosso contexto o decisivo é que, nos Estados Unidos dos anos de 1950 – nascedouro e fonte de propagação do novo sistema econômico –, “o maior instrumento de destruição da ética protestante foi a invenção do crédito.” Pois

¹² A vitória da economia de consumo, como veremos na segunda parte do presente estudo, resulta de sucessivos desdobramentos deflagrados pela liberação do processo vital sobre mundo que, para Hannah Arendt, é um dos eventos inaugurais da modernidade.

como Daniel Bell observou em seu estudo acerca do entrechoque dos valores por ele examinado, “antes era preciso primeiro economizar para depois comprar. Mas com o crédito tornou-se possível satisfazer todos os desejos’ (Bell, 1994, p. 223). Portanto, mais do que qualquer outro expediente, a invenção capitalista do crédito manifesta a extraordinária inflexão cultural, mas também o embate de princípios norteadores da vida social, provocados por esse sistema econômico no fenômeno que Daniel Bell registou em *As contradições culturais do capitalismo*.

É bem verdade portanto que a grande transformação cultural da sociedade moderna mais recente se deve primeiramente à promoção do consumo massivo, que nos EUA é um evento deflagrado já no decênio de 1920. Isso graças a um processo no qual “os luxos do passados são constantemente redefinidos como necessidades, de modo que”, a partir de então, “chega a parecer incrível que um objeto ordinário tenha sido alguma vez considerado fora de alcance do homem comum” (Bell, 1994, p. 73). A ascensão do consumo massivo significa assim a difusão crescente do que antes era considerado luxo às classes média e baixa.

Ocorre porém que em virtude da renda de tais classes, essa rápida disseminação teria sido particularmente inviável sem a invenção do crédito, isto é, a disseminação da compra a prazo que acima de qualquer outro fator do processo de transformação cultural em curso, exige não tanto a ruptura, quanto a própria inversão da ética protestante. É próprio desta transformação cultural simbolizada pela prática de financiamento do consumo, que a palavra crédito assuma um sentido econômico acentuadamente distinto do que tinha até momento. O enlace econômico entre crédito e consumo aponta para o próprio cerne da revolução capitalista.

Para o espírito do capitalismo que coordenava as ações do ascetismo leigo de Benjamin Franklin, crédito significava antes de tudo aplicação ou investimento, a saber, um tipo de oportunidade para multiplicar dinheiro, que por sua vez, como disse o próprio Franklin, “é de natureza prolífica, procriativa”. É natural sob a perspectiva de qualquer fase do capitalismo (portanto não só o dos dias de Franklin) que o dinheiro seja visto como algo que está sempre prenhe de mais dinheiro. Mas é um traço particularmente típico da antiga ética protestante, comprometida com a postergação, conceber o crédito como a possibilidade de – a partir de um empréstimo e mediante juros – obter ou explorar e aumentar para o

futuro os rendimentos da soma conferida ou recebida de outrem sob confiança e por tempo determinado. Daí o sentido da exortação de Franklin:

Lembra-te de que o *crédito* é dinheiro. Se um homem permite que seu dinheiro permaneça em minhas mãos por mais tempo do que é devido, ele me dá os juros, ou o quanto eu puder fazer com ele durante este tempo. Isso atinge uma soma considerável quando um homem tiver um bom e amplo crédito, e fizer um bom uso dele.” (Franklin apud Weber, 2008, p. 26)

Com o intuito de assegurar as máximas qualidades procriativas do dinheiro, que neste sistema econômico convergia com a proficiência numa vocação para a qual o indivíduo se sentia com obrigações éticas, Franklin recomendava um extremo zelo em resguardar os mais ínfimos sinais que a conduta pessoal pudesse oferecer à *confiança*. Esta é a palavra que para a mentalidade utilitarista dessa “filosofia da avareza” (Weber), designava a qualidade humana fundamental para quem busca ter um amplo crédito e a partir disso fazer mais dinheiro. Não é outro o sentido da advertência abaixo:

As mais insignificantes ações que afetem o crédito de um homem dever ser consideradas. O som de teu martelo às cinco da manhã, ou às oito da noite, ouvido por um credor o fará conceder-te seis meses a mais de crédito; ele procurará, porém, por seu dinheiro no dia seguinte se te vir em uma mesa de bilhar ou escutar tua voz em uma taverna quando deverias estar no trabalho; exige-lo-á de ti antes de que possas dispor dele, todo de uma vez. (Franklin apud Weber, 2008, p. 26)

Há ainda outro aspecto decisivo que nos faz reconhecer uma ênfase peculiar sobre o conceito de crédito, conceito este que no fim das contas reflete os valores da chamada fase heroica do capitalismo. A frugalidade, a autonegação e a parcimônia são as virtudes cardeais de quem possuindo crédito, o emprega apenas em vista da qualidade prolífica do dinheiro e da poupança compulsória que dirigem a ética no antigo mundo do trabalho. O que a exortação supracitada não nos permite vislumbrar senão indistintamente, como pano de fundo da cena em que protagonizam os esforços laboriosos de quem almeja ser digno de crédito, é diretamente expresso na passagem a seguir, que tomo liberdade de reproduzir novamente:

Guarda-te de pensar que tens tudo o que possuis e de viver de acordo com isto. Este é um erro que cometem muitos que têm crédito. Para evita-lo, mantém por algum tempo a conta exata de tuas despesas e da tua receita. Se tiveres o cuidado de, inicialmente, registrar os detalhes isso terá o seguinte efeito salutar: descobrirás como as mínimas e insignificantes despesas se ameaham em grandes somas, e discernirás o que poderia ter sido e o que poderá ser economizado para o futuro, sem grandes inconvenientes. (Franklin apud Weber, 2001, p. 26)

A nova ênfase sobre o crédito põe às avessas a moral puritana do trabalho e, por consequência necessária, o destino de seus rendimentos. Pois o que agora

está em questão no crédito é o encorajamento ao gasto, o aproveitamento da vida e a vazão dos impulsos e dos desejos, enfim, o financiamento do consumo. Com efeito, o sentido econômico hoje dominante da palavra crédito é absolutamente incompatível com a vida frugal que a ética precedente recomendava como dupla condição para obter crédito e dele fazer um uso rentável em vista do futuro. A não ser pela satisfação imediata do desejo que o crédito dispensa da espera, e também pelas dívidas a longo prazo contraídas pelo indivíduo, a palavra crédito já não resguarda qualquer relação com o futuro, ou ainda, se resguarda, essa relação entre crédito e futuro tem um sentido estritamente negativo. Haja visto que o aspecto característico do crédito é a desqualificação da espera e da gratificação postergada. Sua verdadeira afinidade é com o momento presente que a contração de crédito incita a aproveitar de modo obstinado. Neste novo enfoque, como disse Bell, “a artimanha da venda a prazo foi evitar a palavra dívida e destacar a palavra crédito”. (Bell, 1994, p. 76).

Em completo divórcio com o autocontrole da poupança e com a ética da satisfação adiada, que doravante escasseiam-se cada dia um pouco mais, o crédito agora designa prioritariamente o emprego dos rendimentos no sentido inverso de consumo, satisfação imediata, dispêndio e dilapidação. Ele é portanto um fenômeno sintomático do nosso tempo, já que desde o princípio a economia liderada pelo consumo é simultaneamente operada pelo crédito. No espírito oposto às exortações do homem-poupança tipificado na figura de Benjamin Franklin, as mais significativas exortações que agora pregam a norma social da vida a crédito, a saber, da vida consagrada ao consumo ou a própria estimulação do homem-consumidor, podem ser sumarizadas em duas exortações inteiramente confluentes: “guarda-te de esperar inutilmente obter os rendimentos que somente a longo prazo poderiam satisfazer os teus desejos”, e “não se deve retardar as realizações dos desejos que o crédito permite satisfazer hoje.”

De qualquer maneira, quando os cartões de crédito puseram essa “filosofia consumista ao alcance de um número crescente de indivíduos” (Bauman, 2011b, p. 32), restava ainda ao novo sistema econômico a tarefa de lidar com o impasse criado pela resistente cultura forjada na velha e agora ultrapassada ética da postergação, em que se fundava o espírito de poupança do capitalismo. Avaliada sob esta perspectiva, a venda a crédito, que segundo as pesquisas de Daniel Bell foi intermitentemente praticada nos Estados Unidos antes mesmo da Primeira

Guerra Mundial, esteve inevitavelmente atrelada aos estigmas sociais da condição de pobreza dos que não se podiam permitir maiores gastos, ou daquela parte da classe média que se permitia a contração de dívidas para desfrutar a vida acima dos próprios meios. Este julgamento depreciativo, do sentido agora dominante conferido ao crédito, é em si mesmo o reflexo do contexto social em que “ser moral significava ser laborioso e econômico” (Bell, 1994, p. 76).

A vida a crédito, ou a adesão universal da venda a prazo, é um fenômeno social que em grande medida envolve a internalização das novas normas econômicas para o comportamento e a vida desejáveis. “Comprar a crédito e viver em dívida se tornam normas [...] na modalidade da vida de consumidor.” (Bauman, 2004a, p. 137). O que essa adesão mais supõe, na medida em que exige certos esforços alquimistas para mudar em opróbio o princípio ético da gratificação postergada, é a propaganda; a onipresente estratégia moderna da oferta. Uma estratégia cujo impacto social e força de obstinação têm se mostrado determinantes para demover as sólidas convicções éticas que cimentaram aquele comportamento econômico que Weber mostrou estar desde o início ancorado em um princípio transcendente¹³.

Não obstante a profunda radicação da moral ascética, as tecnologias ubíquas da publicidade foram decisivas na instalação da nova significação social do consumo. “Desculpabilizando o ato de compra, a publicidade desculpabilizou o fenômeno do consumo, aliviando-o de uma certa gravidade contemporânea da ética da poupança.” (Lipovetsky, 2009b, p. 229). Como quer que se compreenda os dispositivos publicitários de mobilização ao crédito e à vida consagrada ao consumo, não se pode negar, como disse Gilles Lipovetsky, que a publicidade é uma “estocástica da estimulação”.

Mas ainda que situada no âmbito da comunicação de massa, estrategicamente endereça à liberação dos desejos e à promoção do tipo de felicidade que à ética passada coube reprimir (a gratificação imediata), a mensagem publicitária não é a administração benévola de homens que em princípio parece ser. Antes é mais uma dentre as formas tipicamente modernas de

¹³ “Se se pensa no impacto social da propaganda, sua consequência mais imediata, embora geralmente inadvertida, foi transformar o centro das cidades. Ao refazer a topografia física, e substituir os velhos *duomos*, os edifícios municipais e as torres dos palácios, a propaganda colocou uma ‘maraca de ferro quente’ na crista de nossa civilização. É o signo dos bens materiais, o modelo de novos estilos de vida, o arauto de novos valores.” (Bell, 1994, p. 75)

dominação burocrática e racionalização do poder. Apesar da suavidade de seus métodos que (em contraste com as instituições disciplinares examinadas por Michel Foucault) sempre abrem margem para a personalidade escapar à sua ação persuasiva, a eficiência da publicidade também se mede pela capacidade de guiar de fora os comportamentos dominantes da vida social. De penetrar até os menores interstícios da sociedade e recompô-los segundo a nova ordem econômica consumista em nome da qual atua.

É certo que o indivíduo se desonera de estruturas de sustento e vínculos tradicionais, mas recebe em troca as pressões do mercado de trabalho, de uma subsistência baseada no consumo e das padronizações e controles contidos em âmbitos. Em lugar de vínculos e formações sociais *tradicionais* (classes sociais, família nuclear), entram em cena instâncias e instituições secundárias, que imprimem sua marca na trajetória do indivíduo e atuam no sentido contrário do arbítrio individual que se realiza sob a forma de consciência, tornando-o um joguete de modas, circunstâncias, conjunturas e mercados. (Beck, 2010, p. 194)

Particularmente sob a ação da publicidade, no que nela há de determinante para a promoção dos novos valores sociais, “o consumidor interioriza, no próprio movimento do consumo, a instância social e suas normas.” (Baudrillard, 2011, p. 323). Esta é, seguramente, para Jean Baudrillard, uma das significações fundamentais da publicidade. A publicidade é o próprio arauto dos novos valores econômicos liderados pelo consumo. E isso é o mesmo que dizer que sob tais condições modernas, a função das sofisticadas técnicas da oferta é criar a demanda. Naturalmente, este princípio é do mesmo modo válido para o próprio crédito.

Pela promoção do crédito e a aceitação dos novos valores sociais de base econômica (que este fenômeno supõe), o consumo massivo e um elevado nível de vida foram efetivamente alçados a fim legítimo e principal da organização econômica. Essa revolução copernicana que, na constelação capitalista, substitui a procrastinação pelo princípio oposto da satisfação imediata, o ascetismo leigo pelo consumo, se desdobra finalmente na concepção e na relação com a riqueza e com a prosperidade econômica, que são também inteiramente novas.

A bem da verdade, o enriquecimento admitido como meta em sua natureza processual, ainda faz do capitalismo um sistema econômico estranhamente privado de consumações. Um tipo de ordenamento econômico que Aristóteles seguramente teria classificado como o resultado de uma terrível confusão mental inversora dos sinais elementares do bem viver, na medida em que toma como fim verdadeiro aquela ordem de coisas que, apesar de toda a facilidade por elas

usufruídas, não passam de meios para sobrevivência. Em todo caso, esta regularidade que põe em acordo dois momentos distintos da ordem econômica capitalista não deixa de ser em certo sentido insidiosa. Há que se considerar que a consumação do crédito, enquanto responde pela consolidação da órbita social em torno do consumo, é um evento coevo ao advento de um novo parâmetro para o trato com a riqueza e com a prosperidade.

Num cenário de novos valores econômicos em que o padrão objetivo exterior aos próprios desejos definha como critério de valoração do artifício humano; em que o valor e a solidez das objetivações são sobrepostas pelos princípios da sobrevivência, do gozo e da satisfação renovada (que são critérios eminentemente subjetivos de avaliação do mundo elevados ao primeiro plano pela nova economia), em um tal cenário os sinais da prosperidade econômica terminam por se deslocar das coisas para o próprio indivíduo. E para o indivíduo exclusivamente concebido como sujeito de consumo. De fato, sob a perspectiva da individualidade idealizada pela economia de consumo

Um carro se converte no signo da ‘boa vida’ bem vivida, e o atrativo da sedução se generaliza. Uma economia de consumo, sem dúvidas, encontra sua realidade nas aparências. O que se exhibe, o que se mostra, é um signo da conquista. Prosperar já não é questão de ascender em uma escala social, como foi no superado século XIX, mas adotar um estilo específico de vida – um clube rural, ostentação, viagens, ‘hobbies’ – que o distinga como membro de uma comunidade de consumo. (Bell, 1994, p. 75)

Os sinais característicos da prosperidade econômica de nenhum modo se prendem hoje às coisas como portadoras de qualidades objetivas. Mas é igualmente certo que a equação ética que equiparava as posses com o reflexo das virtudes morais do “ascetismo leigo” (do indivíduo que prova seu valor moral pelo trabalho árduo e pela disciplina auto imposta), não reconheceu a objetividade das coisas senão como um aspecto incidental, um traço absolutamente acessório ou secundário da riqueza. Em si mesma perseguida como processo infindável num tempo em que a prosperidade econômica, em flagrante contraste com as satisfações pessoais, ainda era aferida exclusivamente pelo mero acúmulo de coisas.

Este acúmulo de bens, em que pese o resignado alento ético da postergação (que em princípio sacrificava o presente em nome de uma satisfação futura), era no fundo a finalidade derradeira e auto justificada do sistema econômico profundamente enredado nas próprias práticas de poupança. Pois a verdade é que o homem-poupança modelado pelo ascetismo intramundano,

condicionado a viver o futuro em cada momento do presente, “só gasta o mínimo necessário para chegar ao próximo instante e assim para sempre.” (Lima, 2011, p. 60)

O compulsório e incontrolado adiamento da satisfação, em virtude do qual as motivadoras esperanças de recompensas no futuro tendiam a não se consumir (esta espécie de “fraude” que Max Weber via no ascetismo leigo), era na verdade o mais autêntico e recôndito vestígio de uma ética econômica que embora laica, fora originalmente fundada sobre o princípio transcendente que reconhecia na riqueza um sinal inconfundível da eleição divina. O trabalho como virtude e o princípio transcendente do enriquecimento pelo enriquecimento, portanto como valores em si independente de gozos e desfrutes pessoais, são os principais pontos de intersecção entre o protestantismo e o moderno sistema econômico.

Esse ascetismo leigo assim constituído e exemplarmente manifesto nas aferradas e intermináveis práticas de poupança de Benjamin Franklin, é a própria marca de ferro quente da ética protestante sobre o espírito do capitalismo. Nesse sistema de valores as qualidades morais espelhadas na riqueza serão tanto mais ostensivas quanto mais rigorosas e intransigentes forem as práticas de autonegação de uma vida em que o indivíduo (consoante à exortação de Franklin e cioso de um forte compromisso com o futuro), se guarda de pensar que tem tudo o que possui e de viver de acordo com isso.

A promoção do crédito e a consolidação de uma cultura correlata ao sistema econômico de consumo, sepultaram os derradeiros resquícios dessa moral econômica sustentada em empreendimentos de longo prazo, dado que seu aspecto marcante consiste em virar do avesso, isto é, transmutar em opróbrio o imperativo ético-econômico da autonegação em vista da poupança¹⁴. Neste caso, “a síndrome da cultura consumista consiste, acima de tudo, na negação enfática da virtude da procrastinação e da possível vantagem de se retardar a satisfação – esses dois pilares axiológicos da sociedade de produtores governada pela síndrome produtivista” (Bauman, 2008, p. 111).

¹⁴ Nas sociedades de consumo “esperar é uma vergonha, e a vergonha de esperar recai sobre aquele que espera. A espera é algo de que se deve envergonhar porque pode ser observada e tomada como prova de indolência ou baixo status, vista como sintoma de rejeição e sinal de exclusão. A suspeita de que não se é muito procurado, intuição que nunca está longe demais do nível da consciência, agora emerge á superfície e provoca inúmeras rumações [...]” (Bauman, 2004a, p. 135)

Portanto, o desvio drástico e seminal que desloca o capitalismo flexível para a nova órbita econômica das realizações renovadas e imediatas da vida consagrada ao consumo, em manifesta oposição às aspirações de longo prazo do homem-poupança, é a revogação dos valores vinculados à duração e à estabilidade subjacentes à antiga ética econômica. Em conexão direta com a hipertrofia da produção econômica que caracteriza as sociedades emergentes, o consumismo atua como um dos mais destacados agente de promoção da fluidez em uma economia que nega e milita contra toda ordem estável.

Vimos que pela desqualificação dos valores ligados à duração e à estabilidade também na ordem do trabalho, a nova economia pretende elevar à condição de um plano de vida coerente (mas também à condição de uma virtude necessária ao trabalhador moderno), a disposição de ser “flexível”; de assumir e se ajustar à contingência e a instabilidade que a própria economia encerra. Ceder à mutabilidade estrutural da nova economia é o único, vago e incerto “plano estratégico” para o trabalho nos setores de ponta do capitalismo flexível. Instabilidade, descontrole e risco definem hoje as condições fundamentais de crescimento da riqueza social num sistema econômico presidido pelo “capital impaciente”, isto é, avesso a compromissos, realizações e sobretudo a rendimentos de longo prazo.

O acordo de fundo entre as condições do trabalho flexível e o sistema normativo econômico mais recente, que organiza a vida social em torno do consumo, é a militância contra toda forma de estabilidade e/ou circunscrição a longo prazo, quer no domínio das ocupações humanas, quer no âmbito da relação com o mundo das coisas¹⁵.

No contexto de instabilidade, alienação do mundo e esgotamento de todo resquício de transcendência em que se forjam indivíduos particularmente auto

¹⁵ Desde Pierre Bourdieu sabemos que a sociedade de consumo, na qual a liberação dos impulsos assume o lugar do recalque, também em grande medida substitui o controle disciplinar (examinado por Michel Foucault) pelas técnicas de sedução. Em *Felicidade paradoxal* Gilles Lipovetsky procura mostrar que estas técnicas foram particularmente entrevistadas pelo “grande magazine”, que “não vende apenas mercadorias, [mas também] consagra-se a estimular a necessidade de consumir, a excitar o gosto pelas novidades e pela moda por meio de estratégias de sedução que prefiguram as técnicas modernas do marketing. Ao impressionar a imaginação, despertar o desejo, apresentar a compra como um prazer, os grandes magazines foram, com a publicidade, os principais instrumentos da elevação do consumo a arte de viver e emblema da felicidade moderna. Enquanto os grandes magazines trabalhavam em desculpabilizar o ato de compra, os shoppings, o “olhar vitrines”, tornaram-se uma maneira de ocupar o tempo, um estilo de vida das classes médias.” (Lipovetsky, 2007a, p. 31).

referidos ou, nas palavras de Hannah Arendt, indivíduos “arremessados para dentro de si” (Arendt, 2010, p. 316), a prosperidade econômica que não se traduz em fruição é motivo social para vergonha e objeto de sérias preocupações pessoais. Preocupações que inclusive inspiram uma abordagem terapêutica em psicanálise: “antes a gratificação dos impulsos proibidos despertava sentimentos de culpa, agora o não desfrute diminui a própria estima.” (Wolfenstein apud Bell, 1994, p. 77).

Neste caso, o consumismo é o próprio signo da vida bem-vivida. Estar privado dele, para os padrões vigentes de normalidade, só pode resultar do estado involuntário e indesejável de marginalidade social. “O consumo de bens”, como firmou Galbraith, se torna “a primeira medida de realização social” (Galbreith apud Lima, 2011). Por isso, os novos tempos que a consolidação do crédito anuncia transformaram em profundidade o cenário econômico e a própria cultura ao substituir o indivíduo autodirigido pelo indivíduo autorreferido, as práticas compulsivas de contrição e economia pelos hábitos incontidos de consumo, o homem-poupança pelo homem-consumo.

A trivialidade cotidiana envolta na expressão “sociedade de consumidores”, sobretudo por obra de sua recorrente veiculação publicitária e midiática, mas também em virtude de certos apelos políticos, é, no mais das vezes, capciosa. Sociedade de consumidores é uma expressão que conceitualmente oculta os mecanismos de controle e, sobretudo, as normas que regem o comportamento social típicos de nossa época¹⁶.

Que o consumismo defina a norma social para o comportamento econômico que hoje é até mesmo politicamente desejável, é um fato ostensivamente demonstrado na análise de Zygmunt Bauman à primeira e em princípio estranha declaração do então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, aos americanos logo após os ataques de 11 de setembro de 2001. No breve e

¹⁶ “A principal mensagem dos mercados consumidores, plena e verdadeiramente sua metagemagem (a mensagem que sustenta e confere significado a todas as outras), é a indignidade de todo e qualquer desconforto e inconveniente. Uma postergação da recompensa, a complexidade de uma tarefa que transcende as habilidades, as ferramentas e/ou recursos já possuídos por seus executores, e uma combinação dos dois (a necessidade de se envolver numa formação e num trabalho de longo prazo para tornar viável a gratificação do desejo) são condenadas *a priori* como injustificadas e injustificáveis, e sobretudo inúteis e evitáveis. É do mergulho nessa mensagem e da absorção dela que os mercados consumidores extraem a maioria de seus poderes de sedução.” (Bauman, 2010b, p. 193)

significativo capítulo “Consumismo é mais que consumo”, o décimo sétimo do livro *44 cartas do mundo líquido moderno*, Bauman afirma o seguinte:

[...] a primeira mensagem do presidente Georg W. Bush aos americanos chocados e estupefatos diante do desmoronamento das Torres Gêmeas emblemáticas da supremacia mundial do Estados Unidos, atravessadas por aviões pilotados por terroristas, foi para que todos ‘votassem às compras’. A intensão da mensagem era conclamar os americanos a retomar a vida *normal*.” (Bauman, 2011b, p. 84)

A conclamação política ao consumo no “voltemos às compras”, convoca para o esforço de retomada das atividades rotineiras, às práticas que definem a regra geral e a normalidade social do cotidiano. Não há portanto quaisquer motivos que nos leve a duvidar que “bem antes do ataque inimigo, os americanos já deviam estar convencidos de que ir às compras era a maneira, talvez a única e com certeza a principal, de curar todas as aflições, repelir e espantar todas as ameaças, reparar todas as falhas” (Bauman, 2011b, p. 83).

Mais do que simplesmente reduzir um fenômeno excepcionalmente aterrador, estonteante e profundamente maligno à condição de interrupção momentânea, embora dramática de certos engajamentos regulares, a normalidade da convocação proclamada de dentro desse evento-limite à vida civilizada (o terrorismo), denuncia o teor do compromisso, tanto social quanto político, com a economia de consumo. Não fosse pelo fato de encarnar a própria normalidade da vida, voltar às compras imediatamente após os ataques de 11 de setembro (como recomendava George W. Bush), seria, para dizer o mínimo, uma grave violação ao luto nacional. A conclamação acima referida somente poderia chocar aqueles poucos em cujos ouvidos ela não encontrasse eco e, assim, não fizesse sentido. Portanto, a despeito da estranheza que aquela declaração contém em princípio, não deve suscitar surpresa o fato de que ela não tenha provocado espanto e nem mesmo o menor rumor. O consumismo era já não apenas a norma da vida social, como o traço mais emblemático da arte de viver, da felicidade em sua concepção inteiramente moderna.

Em *Vida para consumo* Bauman afirmou que “o consumismo chega quando o consumo assume o papel-chave que na sociedade de produtores era exercido pelo trabalho” (Bauman, 2008, p. 41). Em outras palavras, o consumo é o veredicto ou a própria condição inegociável da vida em sua dimensão biológica, enquanto o consumismo é o produto historicamente localizável de um certo sistema normativo para organização da vida em sociedade. Consumismo

transmuta em “forma de organização” da existência humana a exigência básica da vida em sua acepção elementar. A palavra consumismo traduz assim a tendência em fazer do consumo o centro da órbita social; a admissão desta atividade natural como o aspecto central e o denominador comum de todos os interesses e envolvimento humanos.

Consumismo, em última análise, é a denominação para o fato de que o consumo passou a ser “especialmente importante, senão central para a vida da maioria das pessoas, o verdadeiro propósito da existência”. (Campbell, 2002, p. 104). Obviamente o consumismo assim compreendido não designa uma forma específica do convívio humano, já que o consumo tem uma radicação biológica comum e incontornável à qualquer vivente. De qualquer maneira, enquanto “forma de organização” da vida coletiva cujo aspecto característico foi sempre aspirar a algo que se julgava mais importante que o próprio consumo (a liberdade política, a salvação da alma, a perícia, o acúmulo de riqueza), trata-se de um acontecimento realmente novo. Isso considerando que nesse domínio o consumo é não apenas e inegociavelmente a *conditio sine qua non*, quanto a própria *conditio per qua* de todo o arranjo humano para a vida coletiva.

Esse estado de coisas em que a política e a sociedade “interpela seus membros (ou seja, dirige-se a eles, os saúda, apela a eles, questiona-os, mas também os interrompe e ‘irrompe sobre’ eles) *basicamente na condição de consumidores*”¹⁷ (Bauman, 2008, p. 70) delimita o ordenamento em que o consumismo é a norma social. Em semelhante condição o consumo é elevado à principal conduta a ser incentivada e esperada como digna de apreço¹⁸. Uma vez que o consumo seja alçado à condição de meta principal e critério de cuja perspectiva se julga o sentido, a relevância e a adequação dos empreendimentos

¹⁷ Ênfase do autor.

¹⁸ “O indivíduo [agora] serve o sistema industrial, não para abastecê-lo com a poupança e o capital dele resultante; ele o serve pelo consumo de seus produtos. Em nenhum outro assunto, religioso, político ou moral, está a comunidade tão elaborada, perita e dispendiosamente instruída. Especificamente de modo paralelo à produção de bens, são feitos esforços enérgicos e não menos importantes para garantir o seu uso. Este esforços enfatizam a saúde, a beleza, a aceitação social, o sucesso sexual – a felicidade, em resumo – que resultarão da posse e do uso de um determinado produto. Esta comunicação, combinada diariamente com o esforço em prol de inumeráveis outros produtos, torna-se, no conjunto, um argumento ininterrupto de vantagens do consumo. Por sua vez, inevitavelmente, este fato afeta os valores sociais. O padrão de vida de uma família torna-se a produção e, *pari passu*, o consumo de bens sejam a primeira medida de realização social.” (Galbraith apud Lima, 2011, p. 66)

humanos, as demais atividades são desqualificadas como epifenômenos de tal escopo que a tudo subordina.

Se a vida para consumo elege essa atividade como a principal, ao mesmo tempo em que rebaixa todos os outros aspectos a um plano inferior, derivado, secundário, seu mais autêntico e notório significado é destacar e, por isso tendencialmente reduzir os seres humanos à condição natural de consumidores. A despeito do uso corriqueiramente descuidado ou ingênuo, este é, aliás, o registro em nada epidérmico de expressões como “sociedade de consumo” e “sociedade de consumidores”.

Quando não consideradas em suas peculiaridades, essas simples definições do perfil das sociedades hodiernas tendem a escamotear a transformação profunda que conferiu ao novo subsistema econômico o poder de reconfigurar as formas humanas de convivência, graças à consolidação de uma mentalidade de curto prazo ajustada ao sistema normativo da economia flexível.

No fluxo dessa tendência há outro evento destacado para o qual, até o presente momento, não pudemos senão sinalizar. Trata-se das repercussões políticas do novo sistema econômico que, entre outras coisas, se desdobram na redistribuição de poder entre as instituições políticas e as pressões da economia flexível.

É objeto deste estudo destacar que independente do ângulo de que se contemple a saga da economia flexível, (do mundo do trabalho, dos valores sociais ou de suas mais recentes repercussões políticas), a instabilidade, a contingência e os riscos oriundos de uma nova e poderosa economia que se emancipou, estabelecem cercos realmente inusitados e decisivos à vida social.

2.2

A política de co-operação econômica

2.2.1

O processo de divórcio entre poder e política

Poucas obras em filosofia política foram tão esclarecedoras no que concerne à natureza da esfera pública e sua relação com a liberdade quanto A

condição humana de Hannah Arendt. Desde sua publicação em 1958 pudemos compreender mais claramente que o deslocamento de princípios-guia da esfera privada à pública, pelo advento de uma esfera híbrida como a social, é o próprio solo em que se enraíza a vocação eminentemente econômica da política moderna. Notadamente orientada pela gestão de demandas sociais pelas quais as atividades conexas de trabalhar e consumir de algum modo acabaram encontrando guarida na esfera pública. Uma esfera cujo compromisso único e original, desde sua criação no mundo antigo em deliberada oposição à esfera privada – consagrada aos interesses vitais –, era a promoção da liberdade.

Contudo, essa *política de agenda econômica*, indicativa do cenário histórico em que o econômico ocupa cada vez mais o grosso das questões políticas, é na verdade o primeiro capítulo da história moderna de sobreposição da ordem econômica sobre a esfera pública, cujo desfecho, ao que tudo indica, estamos longe de conhecer.

De qualquer forma, seu segundo capítulo, ainda em fase de redação, pode muito bem ter por título aquela espécie de processo de divórcio que, por intervenção da ordem econômica flexível e dos poderes globais por ela engendra, Bauman diagnosticou entre poder e política¹⁹. E isso especialmente em função da expropriação pela qual a própria *agenda de opções*, típica da esfera pública moderna, é agora estabelecida por outro agente operacional essencialmente não-político, a saber as pressões da economia flexível.

Partindo da consideração das condições políticas gerais em que as escolhas individuais são feitas, Bauman identificou duas ordens de restrições a que tais opções individuais estiveram tradicionalmente circunscritas na modernidade, para que a liberdade individual de escolha, a chamada liberdade negativa do Estado moderno, fosse exercida dentro dos limites indispensáveis ao bom convívio social.

Assim, na ordem política, o primeiro conjunto de restrições inerente ao processo de escolha é dado pelo estabelecimento da “agenda de opções”, que em cada comunidade política moderna define “o conjunto de alternativas efetivamente disponíveis” às escolhas individuais (Bauman, 2000, p. 79), de sorte que apenas em circunstâncias excepcionais o conjunto das próprias escolhas

¹⁹ “Poder e política, que viviam unidos, estão separados e prontos para o divórcio. Só nos restam políticas cada vez mais impotentes e poderes cada vez mais politicamente descontrolados” (Bauman, 2010a, p. 76-77).

depende de quem escolhe. A forma histórica que este princípio formal (agenda de opções) recebeu na modernidade clássica foi a legislação, que, medida do ponto de vista do sujeito na condição de optante, exercia o poder político de pré-selecionar, isto é, estabelecer via atividade político-legislativa o conjunto de escolhas possíveis.

Situados naquelas condições extraordinárias do processo de escolha política (nas quais raramente é possível delimitar o conjunto de opções), os legisladores reduzem o leque de opções individuais pela associação de escolhas e práticas socialmente indesejáveis à sanções punitivas rigorosas o suficiente para desencorajá-las. Ao longo de toda a modernidade, a legislação estabelece a agenda de opções na medida em que divide as opções que são em princípio possíveis, embora não desejáveis, das que são permitidas e proibidas, sendo por isso mesmo puníveis.

Já o segundo dispositivo de “restrições” às escolhas políticas é formalmente definido pelo *código de escolha*, que independe do conteúdo histórico assume sempre o aspecto de “regras que indicam com base em que se deve preferir uma coisa a outras e quando a escolha é adequada ou não”. O código de escolha predominante no mundo moderno foi a educação. Por ela a modernidade despendeu e institucionalizou a maior parte do esforço de orientar os indivíduos optantes a exercer a liberdade segundo a agenda estabelecida pelo poder político legislativo.

Seu papel consiste em fornecer sinais seguros de orientação preciosos à vida em sociedade, em arraigar princípios ou valores de conduta capazes de recobrir e guiar a escolha, dotando simultaneamente os optantes da capacidade e da inclinação para identificar e seguir as razões corretas e evitar as contrárias. A educação tem em vista a internalização dos valores codificantes pelos quais a agenda de opções “disponíveis/permitidas” (estabelecida pelo dispositivo político-legislativo), é convertida em “desejáveis/recomendáveis/adequadas” e “indesejáveis/ não recomendáveis/inadequadas.” (Bauman, 2000, p. 79).

A legislação moderna é a esfera de restrição das opções, a agenda de opções ou a pré-escolha política ocupada com a normatividade das ações. Ao passo que a educação é o âmbito em que a restrição das opções de escolha pretende atingir, via normas ou códigos de escolha, as disposições dos optantes em vista do acordo ou do ajustamento entre liberdade e legislação, escolha

individual e interesse sócio-político. Neste caso, a formação educacional é a ponte estendida entre os recém-chegados ao mundo e as condições em que a vida humana é partilhada no mundo que os precede, no mundo que existia antes de nele chegarem²⁰.

Para Bauman, a particularidade das instituições públicas vigentes é que, de forma implícita ou explícita, de maneira clara ou velada, dão livre curso a um processo de renúncia, ou pelo menos de redução do que originalmente era sua dupla função de estabelecer a *agenda* e o *código de escolha*. O que em princípio poderia figurar como uma extensão do campo da liberdade negativa, não fosse pelo fato de que outro agente operacional não-político tem aos poucos feito recuar e arrogado para si o estabelecimento da *agenda* e do *código de opções* antes constituídos politicamente.

Na verdade este recuo das forças políticas que em termos de exigência de mercado foi chamada de “desregulamentação”, visa diminuir apenas o papel regulador do Estado, mas de modo algum advoga pelo fim da regulamentação. Por uma espécie de autolimitação, empreendida em vista das pressões de mercado, mais do que operar uma política de agenda eminentemente econômica (como é próprio da esfera pública moderna), o Estado aos poucos transfere o próprio papel de estabelecer a agenda de opções às forças essencialmente não políticas, especialmente aquelas integradas aos mercados de trabalho flexível, financeiros e de consumo²¹.

²⁰ Também Arendt apresenta uma noção semelhante para relação entre educação e vida pública: “Normalmente a criança é introduzida ao mundo pela primeira vez através da escola. No entanto, a escola não é de modo algum o mundo e não deve fingir sê-lo; ela é, em vez disso, a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o fito de fazer com que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo. Aqui, o comparecimento não é exigido pela família, e sim pelo Estado, isto é, o mundo público, e assim, em relação à criança, a escola representa em certo sentido o mundo, embora não seja ainda o mundo de fato. Nessa etapa da educação, sem dúvida, os adultos assumem mais uma vez uma responsabilidade pela criança, só que, agora, essa não é tanto a responsabilidade pelo bem-estar vital de uma coisa em crescimento como por aquilo que geralmente denominamos de livre desenvolvimento de qualidades e talentos pessoais. Isto, do ponto de vista geral e essencial, é a singularidade que distingue cada ser humano de todos os demais, a qualidade em virtude da qual ele não é apenas um forasteiro no mundo, mas alguma coisa que jamais esteve aí antes.” (Arendt, 2005a, p. 238)

²¹ “Em análise às ‘mudanças estruturais’ exigidas por analistas econômicos do setor privado para ‘maiores ganhos de produção’, quando 11 dos 16 integrantes da União Europeia estabeleceram o acordo de instituição de uma moeda em comum, Alan Friedman observou que ‘mudança estrutural’ é na verdade ‘a expressão em código para maior facilidade de contratação e demissão, para redução dos gastos públicos com aposentadorias, pensões e benefícios sociais e para a diminuição dos elevados encargos sociais e contribuições das empresas na Europa Ocidental’.” (Friedman, 1998 apud Bauman, 2000, p. 32).

O processo de divórcio entre poder e política reflete a vitória parcial dos argumentos econômicos em favor da liberação sistemática dos movimentos do capital e das finanças reivindicada pela economia flexível. Sua mais autêntica expressão política, o neoliberalismo, visa repelir “todas as tentativas de frear ou regular os seus movimentos”, alegando não ser “uma opção política dentre outras, mas um ditame”, uma necessidade imperiosa (Bauman, 2000, p. 35) cuja negligência implica duras penas. Seguramente não é outra a razão de Pierre Bourdieu haver definido as teorias e práticas neoliberais como um programa para destruir as estruturas coletivas capazes de resistir à lógica do “mercado puro”.

Neste caso, o processo econômico de desregulamentação, em seu sentido estritamente político, implica hoje numa não menos severa exposição dos indivíduos optantes tanto à força coercitiva (agenda) quanto ao poder doutrinador (código) do verdadeiro poder não-político que estipula o horizonte de opções dadas. De modo que a agenda de opções políticas mais importante dificilmente pode ser construída politicamente nas atuais condições. A despeito do recuo do Estado existe uma agenda de opções que não se torna menos coercitiva ou regulamentada por não ser estabelecida politicamente²².

Por isso, a tendência de divórcio entre poder e política se refere ao fato capital de que nas condições atuais as instituições políticas, eleitas e em princípio controladas pelo povo, não constituem de modo algum a única (nem talvez a principal) força capaz de decidir a extensão das decisões práticas. O estabelecimento de tal agenda conta hoje com um novo agente operacional; um agente que já no início da modernidade figurava em papel secundário, mas que agora se antepôs às instituições políticas, que cada vez mais desempenham aquele

Ainda “[...] em resposta à grave crise econômica nos países do Extremo Oriente o Fundo Monetário Internacional veio com sua receita padrão [tentada anteriormente no México com resultados bem pouco atraentes]: demissões, taxas de juros mais altas e abertura dos mercados locais ao investimento estrangeiro. [...] Numa entrevista concedida a Babette Stern, do *Le monde*, o diretor geral do FMI, Michel Camdessus, confirma as intenções que os economistas atribuem à instituição que ele comanda e as define como uma questão de orgulho: ‘a liberação sistemática dos movimentos de capital’, diz Camdessus, ‘deve ser a nova missão do FMI’.” (Bauman, 2000, p. 32. Grifos nossos).

²² O fenômeno também foi Registrado por Richard Rorty, para quem “a situação econômica do cidadão de um Estado-nação ultrapassou o controle das leis do Estado... Não há como as leis do Brasil ou dos Estados Unidos garantirem que o dinheiro ganho no país será gasto no país, nem que o dinheiro poupado no país será investido no país.... Temos agora uma superclasse global que toma todas as decisões econômicas importantes, e o faz de maneira totalmente independente das legislações e, *a fortiori*, da vontade dos eleitores de qualquer país... A ausência de uma sociedade politicamente organizada de âmbito global significa que os super ricos podem operar sem consideração a outros interesses que não os seus.” (Rorty apud Bauman, 2004a, p. 82-3)

papel secundário a que as pressões de mercado estavam antes relegadas. Daí que para Bauman estas pressões estejam progressivamente substituindo a legislação política em seu poder de estabelecer a agenda de opções e galgando com isso uma posição estratégica para o que um ex-diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI) chamou de “liberação sistemática dos movimentos de capital”, que ele admitiu ser a nova meta de tal instituição.

O mais obstinado testemunho da separação entre poder e política referida por Zygmunt Bauman é aquela espécie estranha de automatismo auto justificado com que a esfera econômica, por si só, cristaliza a agenda de opções “política”. Em flagrante oposição à ação dos operadores políticos, a agenda estabelecida pelas pressões de mercado resulta hoje não de uma ação propositada precedida por certa motivação e articulada por um objetivo que a justifica, mas do livre e descontrolado jogo das forças de mercado e dos pós-efeitos que delas resultam. A atividade agendadora não mais se guia apenas pelos critérios de racionalidade da ação com que as instituições políticas modernas foram constituídas. Mais do que trâmites políticos, sua dinâmica constitutiva envolve já há algum tempo certas variáveis insondáveis, a saber, o que possa resultar dos movimentos fortuitos e não planejados que marcam a economia flexível.

Apesar de concernir à ação prática dos indivíduos, a atividade agendadora tem hoje aquele estranho aspecto de produto natural (que Arendt já havia antecipado quando identificou um processo de naturalização do domínio político moderno), marcado pela independência da vontade e da intenção dos próprios agendadores – que dirá dos optantes finais. Seu modelo operacional, radicalmente distinto do modelo político que o precede, é a-razional. Portanto nem racional nem irracional. O que significa que não se orienta pelos princípios racionais e nem tampouco se insurge contra eles. Esta agenda de opções “simplesmente é, assim como as serras e os mares são – aparência muitas vezes endossada na frase preferida dos políticos: ‘não há alternativa’.” (Bauman, 2000, p. 81).

Vista da perspectiva do mecanismo político de agendamento e dos indivíduos a que por fim ela se destina, a agenda de opções literalmente brota, pulula da dinâmica econômica casual ritmada pelos mercados de consumo, trabalho flexível e financiamento, por seus estímulos internos ou externos. Em todo caso, independentemente da vontade e da consciência dos “agendadores” e optantes. Enquanto produto das forças de uma economia flexível, a agenda de

opções é sempre algo contingente. Não resulta de qualquer planejamento, e embora seja por isso fortuita e casual quando observada isoladamente, em nosso cenário é politicamente concebida como necessária e inevitável ao ser relacionada às causas econômicas que lhe deram origem.

Com efeito, é como evento forçoso que de nenhum modo se pode evitar (como alguma ocorrência incontornável para qual “não há alternativa” política) que as questões econômicas se antepõem e subordinam o processo político no estabelecimento da agenda de opções. E esta “fatalidade” pela qual a agenda de opções não poderia ser diferente do que é, a saber, do que o livre jogo das forças de mercado fortuitamente impõe, determina no nosso tempo um novo trâmite *supra-legislativo* à atividade agendadora. Em última instância “legitimado” pela inevitabilidade dos fenômenos econômicos, que no fim das contas se traduzem em imperativos políticos contra os quais, assim como a tsunamis ou terremotos, não faz sentido protestar²³.

E este é o ponto em que o ciclo se fecha: não há argumento político, num mundo orientado por uma economia de consumo e habitado por consumidores de que ela precisa, que resista à ameaça de ruína econômica sinalizada pela recessão, isto é, pela redução do consumo. Mesmo quando a atividade agendadora implique uma forma politicamente não-soberana ou heterônoma (porque economicamente *necessária*) de agendamento das opções. A rigor, não há na verdade qualquer problema de legitimação política para decisões oriundas de necessidades econômicas numa sociedade de consumidores.

Dissemos acima que uma das mais originais contribuições do pensamento de Hannah Arendt, decisiva para a compreensão do evento histórico aqui compreendido como “emancipação do econômico”, foi ter demonstrado que na modernidade, pela primeira vez na tradição política ocidental, o homem foi admitido na esfera pública antes de tudo como vivente e consumidor, isto é, como portador de demandas vitais orientado pelos princípios de saciedade e abundância. Este fenômeno assinala para Arendt o domínio social; a politização dos

²³ “Ser esmurrado por ondas poderosas, arrastado por ventos tremendos que sopram de lugares distantes e chegam sem aviso é uma situação exatamente oposta à de cidadania. Os súbitos altos e baixos na sorte coletiva adquirem hoje uma extraordinária semelhança com as catástrofes naturais, embora mesmo essa comparação pareça cada vez mais um atenuante: acontece que temos hoje em dia melhores condições de prever um terremoto iminente ou a aproximação de um furacão do que a próxima quebra da bolsa de valores ou a evaporação de setores aparentemente seguros para o emprego de massa.” (Bauman, 2000, p. 172-3).

fenômenos vitais da espécie com que o processo biológico humano funda um domínio público próprio. Um domínio moderno concebido em flagrante oposição ao antigo ideal político de liberdade e remissão da condição natural de mero vivente e consumidor a que homem, como toda criatura viva, está incontornavelmente circunscrito.

A progressiva imediação da esfera pública às demandas econômicas de sociedade, mas também ao processo reprodução da riqueza social, deflagradas no limiar da era moderna, fundaram uma nova política, a política moderna. A afinidade entre esta política de agenda econômica e o projeto moderno de multiplicação da riqueza social (razão porque política e capitalismo puderam caminhar lado a lado na modernidade) se deve ao fato de que, quando a sociedade é convertida em principal objetivo da vida política, é inevitável que a abundância (seu equivalente normativo) se torne o ideal político por excelência.

A co-operação entre mercado e esfera pública, referida por Zygmunt Bauman, nos reporta finalmente à desapropriação econômica do poder político de determinar a agenda de opções, em todo caso já econômica. Do fato de que a própria agenda política de opções é hoje de algum modo determinada pela dinâmica de uma economia autorreferida (que para além de liberada da antiga condição de subordinação expropria e opera parte dos dispositivos políticos que norteiam a vida), podemos inferir tanto o processo de divórcio entre poder e política, registrado por Zygmunt Bauman, quanto a emancipação política do econômico. Essa emancipação, como enfatizaremos em momento oportuno, completa um longo processo de automatização e descontrole (uma espécie de naturalização) dos processos políticos cujos primeiros registros encontramos na obra de Hannah Arendt como a expressão da liberação do processo vital no mundo humano.

O fato é que incorporando os processos econômicos apolíticos, os trâmites políticos traduzem agora não a imprevisibilidade da ação livre – que é o próprio tributo da liberdade vivenciada entre homens iguais²⁴ –, mas o descontrole característico do jogo imprevisível de processos econômicos flexíveis, isto é, processos globalizados, emancipados, livres e poderosos o bastante para impor à

²⁴ Assunto tratado na primeira seção da segunda parte deste estudo.

política local as condições de sua livre circulação no espaço global, extraterritorial.

O processo de divórcio entre poder e política é assim um fenômeno emergente que se manifesta e se funda nas pressões contínuas com que o mercado, reunindo forças econômicas até aí não exploradas, abala a racionalidade política de qualquer alternativa às opções que ele oferece. É esta inevitabilidade política que, sob pena de ruína, traduz as opções do mercado e da economia flexível em imperativos econômicos que remontam à constituição dos poderes globais; os poderes realmente poderosos que, de acordo com Bauman, ao contrário do caráter local do poder político, são hoje fundamentalmente extraterritoriais. “Num mundo em que o capital não tem domicílio fixo”, afirma Vicente Cable, “e os fluxos financeiros estão bem acima dos governos nacionais, muitas alavancas da política econômica não mais funcionam.” (Cable apud Bauman, 1999, p.64)

Pela constituição dos poderes globais, a globalização do capital e das finanças –graças a qual “os parâmetros mais decisivos da condição humana são agora forjados em áreas que as instituições do Estado-nação não podem alcançar” (Bauman, 2000, p. 172) –, a economia flexível se antepôs aos trâmites dos processos de decisão política através das pressões de mercado. Esse fenômeno que assinala o processo explícito de desintegração da soberania política em atenção à “liberação sistemática dos movimentos de capital”, define na verdade as condições e a própria meta do capitalismo flexível.

Somente a globalização consolidou o cenário econômico em que o capital, livre dos limites e sobretudo das medidas cerceadoras da territorialidade política, pôde forjar o “espaço” extraterritorial de onde define e redefine as condições de sua livre circulação no globo.

Globalização do capital e das finanças é outra expressão com que a separação entre poder e política pode ser referida. Ao definir as condições em que se forja o poder do capital, a globalização delineia os próprios meios de extensão da economia flexível. A julgar que os poderes mais determinantes para a manutenção e mudança das condições de vida são cada vez mais globalizados, ao passo que os meios de controle e intervenção do empenho político (independente do quanto possam ser poderosos) permanecem restritos à níveis territoriais nos

quais dificilmente podem atingir os limites poder político, a nova economia cria verdadeiras aporias à soberania do Estado-nação²⁵.

O alcance planetário do capital, das finanças e do comércio – as forças que decidem a gama de escolhas e a efetividade da ação humana, o modo como os seres humanos vivem e os limites de seus sonhos e esperanças – não foi acompanhado, em dimensões similares, pelos recursos que a humanidade desenvolveu para controlar essas forças que determinam as vidas humanas [...]. Mais importante ainda: essa dimensão planetária não foi acompanhada pelo controle democrático em escala também global. Podemos dizer que o poder ‘bateu asas’ das instituições historicamente desenvolvidas que costumavam exercer o controle democrático sobre usos e abusos de poder nos Estados-nação modernos. A globalização, em sua forma atual, representa um progressivo desempoderamento do Estado-nação moderno e (até agora) a inexistência de qualquer substituo efetivo. (Bauman, 2011a, p. 79-80)

Quando as pressões de mercado agregaram força suficiente para desencadear o processo de substituição da legislação política no poder de estabelecer a agenda de opções, foi como se o econômico começasse a recusar a função destacada, mas meramente acessória, que havia desempenhado no plano político desde a politização dos fenômenos vitais da sociedade no limar da era moderna. De sorte que o recente processo de divórcio entre poder e política já é indicativo da emancipação do econômico, isto é, de sua saída da posição subalterna em que as decisões políticas, a despeito agenda econômica da esfera pública, eram confiadas exclusivamente aos poder legislativo segundo os trâmites consagrados pelo processo democrático moderno. “O que aconteceu no curso dessa guerra foi um consistente e inexorável deslocamento dos centros de decisões, junto com os cálculos que baseiam as decisões tomadas por esses centros, livres de restrições territoriais — as restrições da localidade.” (Bauman, 1999, p. 15)

O fenômeno também não deixou de receber atenção na famosa análise sobre a *Sociedade de risco*, de Ulrich Beck. Para usar as suas palavras, o que aqui chamamos de emancipação do econômico resulta do fato de que “agora o

²⁵ “Assim como o usuário da *web* mundial só pode escolher dentre as opções oferecidas e dificilmente pode influenciar as regras pelas quais a Internet opera ou a gama de opções disponíveis dentro das regras, da mesma forma as nações-estados individuais lançadas num ambiente globalizado têm que jogar o jogo segundo as suas regras e arriscar-se, caso ignorem as regras, há um severo troco ou, na melhor das hipóteses, à total ineficácia dos seus empreendimentos. Para encurtar a história, basta dizer que enquanto o Estado é o único agente legislativo capaz de empreender [por exemplo,] a adoção de um salário básico [aos cidadãos em dificuldades econômicas], ele é ao mesmo tempo singularmente incapaz de fazê-lo por si mesmo”. Daí que a ausência de controle, o aspecto casual, não planejado e imprevisto da política de regência econômica (de incontornável semelhança com um produto natural) é para Bauman a marca característica com que a “globalização, assinala uma naturalização *sui generis* do curso que os assuntos do mundo estão tomando: o fato de estarem essencialmente fora dos limites e de controle, adquirindo um caráter quase elementar, não planejado, imprevisto, espontâneo e contingente.”. (Bauman, 2000, p. 193)

potencial de configuração da sociedade migra do sistema político para o sistema subpolítico da modernização científico-técnico-econômica. Trata-se de uma inversão precária entre política e não política [pela qual] o político torna-se apolítico e o apolítico, político.” (Beck, 2010, p. 279).

Para Beck, a centralidade do econômico na era da flexibilidade faz de sua promoção e garantias de crescimento o escorregador em que o primado da configuração política desliza do sistema político democrático para o âmbito em princípio não legitimado da política econômica. Essa revolução na malha da normalidade política deflagra uma torrente de procedimentos automáticos na esfera pública que desembocam em “justificativas” do tipo “não há alternativas”, já referidas por Bauman. Justificativas essas apoiadas na inexorabilidade da economia auto referida, que em nome do crescimento substitui o escrutínio. Nesse caso, o pensamento em categorias de crescimento econômico é um substituo do próprio questionamento. Uma espécie de consentimento prévio é dado à certos processos apolíticos cujas metas e resultados não se pode antever ou mesmo controlar.

Nesse sentido, o processo de renovação, imposto juntamente com a modernidade em oposição ao predomínio da tradição, é *democraticamente cindido* no projeto da sociedade industrial. Apenas uma parte das competências decisórias socialmente definidoras é inserida no sistema político e submetida aos princípios da democracia parlamentar. Uma outra parte escapa às regras de controle público e justificação e é delegada à liberdade de investimento das empresas e à liberdade de pesquisa. Nesses contextos, segundo o arranjo institucional, a transformação social é *comutada* e conduzida como efeito colateral latente de decisões, constrições e cálculos econômicos e econômico-técnicos. (Beck, 2010, p. 276-7)

A transferência de poder que mina as competências decisórias da política moderna implica graves consequências para o projeto moderno de um Estado Social e projeta riscos inusitados no cenário político²⁶. Embora este Estado, como já indicado, introduza de modo determinante as questões econômicas no centro da política, por força de intervenções e controles sobre o mercado a esfera pública

²⁶ As incursões do regime flexível impõem outro tratamento às questões sociais: “o ataque ao estado assistencial, iniciado no regime neoliberal, anglo-americano, e que agora se espalha para outras economias políticas mais “renanas”, trata os dependentes do estado com a desconfiança de que são parasitas sociais, mais do que desvalidos de fato. A destruição das redes assistenciais e dos direitos é por sua vez justificada como libertando a economia política para agir com mais flexibilidade, como se os parasitas puxassem para baixo os membros mais dinâmicos da sociedade. Vêm-se também os parasitas sociais como profundamente alojados no corpo produtivo — ou pelo menos isso é o que passa o desprezo pelos trabalhadores aos quais se precisa dizer o que fazer, que não tomam iniciativa por conta própria. A ideologia do parasitismo social é um poderoso instrumento no local de trabalho; o trabalhador precisa mostrar que não está se aproveitando do trabalho dos outros.” (Sennett, 2011, p. 167)

nessas condições assegurava ainda uma autonomia relativa diante do sistema técnico-econômico. Estamos agora diante da inversão da condição política de soberania: em face da autonomia, prioridade e auto referência do econômico o sistema político é em princípio ameaçado em sua constituição democrática. “As instituições políticas convertem-se em gerenciadoras de um processo que elas nem planejaram e nem definiram, mas pelo qual elas têm de responder.” (Beck, 2010, p. 280)

Não obstante a natureza apolítica da esfera econômica, sua competência decisória já não se encerra nos estreitos limites do mercado. As decisões da economia são sobrecarregadas de poder e consequências políticas, ainda que os operadores econômicos da política não disponham de qualquer legitimação formal. Não possuindo uma fonte oficialmente reconhecida de onde possam emergir, essas decisões econômicas politicamente emancipadas que redefinem o social são realmente mudas, anônimas, imprevisíveis e, como tais, inevitavelmente ameaçadoras. Daí que “na economia” tais forças “estão atadas a decisões de investimento que desviam o potencial de transformação social na direção de ‘efeitos colaterais inesperados’.” (Beck, 2010, p. 280). Em face de uma economia emancipada esses efeitos políticos a rigor estão absolutamente fora de justificação, de controle e das regras do empenho políticos, a saber os princípios da democracia parlamentar. Mas esse reconhecimento da colateralidade política dos processos econômicos é em si mesmo o mais evidente atestado da emancipação política de tais processos.

O potencial reconfigurador da política de co-operação econômica instila riscos efetivamente ameaçadores embutidos na imprevisibilidade dos chamados “efeitos colaterais inesperados”. É nessa ideia que a capacidade econômica de redefinição da vida social tende a se esconder em nome da malha que apenas aparentemente estabelece a normalidade da política. Por trás da fachada de normalidade aloja-se uma troca de papéis entre política e economia que instala uma aporia insolúvel à legitimidade do poder decisório. É a necessidade, na medida em que se teme a recessão, o não-crescimento e sobretudo o colapso econômico, “que prende sua execução à sua (i)legalidade democrática. A ditadura de ninguém (Hannah Arendt) dos (já não mais) imprevistos efeitos colaterais

assume o poder no estágio avançado da democracia ocidental.”²⁷ (Beck, 2010, p. 280).

As crescentes intervenções supra-legislativas em favor das quais as instituições políticas locais têm desde então recuado, conferem cada vez mais à ordem econômica flexível o poder de decidir a extensão das decisões práticas. “A vida política nos centros originalmente previstos para a formação da vontade política perde substância e corre o risco de cristalizar-se em rituais” (Beck, 2010, p. 280). É justamente esta vitória do econômico sobre o político, a precedência política das leis de mercado e da economia flexível de consumo sobre as próprias leis e instituições políticas, que finalmente torna tão difusa a fronteira entre cidadãos e consumidores, ao mesmo tempo em que confere ao Estado a função de interposto, de uma instituição mediadora da relação entre “cidadão” e mercado. Refletindo este papel do Estado é natural, como disse Bauman, que o “consumidor demande mais e mais proteção enquanto aceita cada vez menos a necessidade de participar” da política. (Bauman, 2000, p. 159)

No quadro em que, de um modo geral, a sociedade pós-moderna envolve seus membros primariamente na condição de consumidores, em que a economia flexível molda as condições gerais de interação política e social (a ponto de estabelecer formalmente a mentalidade de curto prazo e relação de consumo como conduta modelo abrangente, vale dizer, sistemática nas sociedades contemporâneas), não há dúvidas de que a política de agenda e co-operação econômica constitui o mais autêntico registro da emancipação do subsistema econômico. Do ponto de vista das instâncias decisórias, e imitando uma expressão cara à Carl Von Clausewitz, a economia flexível é de fato a continuação da política por outros meios.

Com efeito, mais do que simplesmente agenciada pelos interesses privados da sociedade, em última análise aqueles relativos ao processo vital de consumo e aquisição, a esfera pública foi realmente submetida ao domínio da economia flexível, isto é, sujeitada às regras fortuitas constitutivas de sua dinâmica. Se no limiar da modernidade a política dominada por questões econômicas marca o momento de justaposição do político ao ideal econômico de abundância, a saber,

²⁷ A este respeito, como sugere Ulrich Beck na passagem acima, caber recordar o que disse Hannah Arendt. Para ela este governo anônimo, um governo de ninguém, não é necessariamente um não-governo. Seu domínio pode até se revelar uma das mais cruéis forma de tirania.

sua contiguidade ao processo assim potencializado de incremento da vida e da riqueza social pela multiplicação e satisfação de demandas politicamente coletivizadas, a regência da política pelas leis de mercado (a soberania do econômico pela qual se processa o divórcio entre poder e política) seguramente assinala a conjuntura crucial que hoje torna ainda mais difuso e tênue o que antes era um abismo situado entre o homem na condição consumidor e o homem na condição de cidadão. Ou, para usar as expressões caras à Hannah Arendt, entre o *animal laborans* e o agente político²⁸.

“Com as armas da república dismanteladas, confiscadas pelas potências globais, ou desativadas pelo Estado que se rendeu às pressões globais” (Bauman, 200, p. 174), o empenho político moderno em vista da regulação e domínio das condições da vida social foi esvaziado pelo descontrole característico de processos automáticos que a economia flexível liberou na esfera pública. A emancipação do econômico, o estabelecimento das condições flexíveis que a nova economia define como fundamentais ao ritmo acelerado de crescimento da riqueza social, inaugurou o governo da contingência e dos riscos econômicos sobre a política e a vida social.

A ênfase sobre o “caráter colateral” das implicações políticas do econômico tende a encobrir a tensão que essa troca de papéis relativa ao potencial de configuração do social instala na ordem democrática moderna. Tanto mais que a capitalização dos riscos é o expediente político que, admitindo a centralidade do econômico, sua “colateralidade” (em denominação amena), procura nela encontrar proveito e razão de ser para a política em crise de legitimidade. Veremos a seguir que essa capitalização dos riscos e das incertezas, que aloca a política à posição derivada e subalterna de gerenciar os processos que ela não planejou ou mesmo pode prever, é apenas a outra face da subordinação econômica do político.

²⁸ “O desaparecimento do abismo que os antigos tinham de transpor diariamente a fim de transcender o estreito domínio do lar e “ascender” ao domínio da política é um fenômeno essencialmente moderno. Esse abismo entre o privado e o público ainda existia de certa forma na Idade Média, embora houvesse perdido muito da sua importância e mudado inteiramente de localização. [...] A tensão medieval entre a treva da vida diária e o grandioso esplendor de tudo o que era sagrado, com a concomitante ascensão do secular ao religioso, corresponde em muitos aspectos à ascensão do privado ao público na Antiguidade. É claro que a diferença é muito marcante, pois, não importa quão “mundana” a Igreja tenha se tornado, o que mantinha reunida a comunidade dos crentes era essencialmente sempre uma preocupação extramundana. [...] Na raiz da consciência política grega encontramos uma clareza e uma precisão sem-par na definição dessa diferença [entre as esferas pública e privada]. Nenhuma atividade que servisse à mera finalidade de garantir o sustento do indivíduo, de somente alimentar o processo vital, era autorizada a adentrar o domínio político.” (Arendt, 2010, p. 39, 40, 44).

Para a economia flexível o objeto de gestão da política que ela idealiza não é tanto a sociedade quanto os efeitos sociais dos processos econômicos que a atravessam. No que concerne à esfera pública, como quer que as coisas sejam apresentadas, a política de fato já não pode ser facilmente identificada com aquele espaço crucial no qual o futuro é mais ou menos controlado, negociado e decidido. A passagem moderna do que chamaremos de Estado social (protetor)²⁹ ao Estado Clínico (terapêutico), envolve por isso um novo tipo de gerenciamento político dos riscos econômicos limitado à *necessidade de lidar com* um mal necessário e incurável, portanto não mais orientado pelo *exercício de controle* com que a política moderna aspirava à imunização do corpo social.

2.2.2

O capital político dos riscos econômicos: do Estado protetor ao Estado Clínico

Já faz muito tempo que filósofos, sociólogos e analistas sociais em geral recorrentemente destacam no capitalismo a capacidade inelutável de extensão de seu domínio. Sem meias palavras, a conversão de riscos sociais em oportunidades de negócios é o mais recente, dramático e eloquente testemunho disso. Na verdade, uma das estratégias capitalistas votadas à extensão de seu domínio é particularmente notável na era da consumptividade em que mesmo as mazelas sociais mais dramáticas e ameaçadoras são comutadas em bens de consumo tornando-se oportunidades para *big business*. Para Ulrich Beck a mercantilização do risco, do medo é algo que em todas as suas manifestações está cada vez mais

²⁹ Em *Vida a crédito* Bauman apresenta uma boa definição do perfil eminentemente protetor do Estado social: “Um estado é ‘social’ quando promove o princípio de seguro coletivo comunitariamente endossado contra o infortúnio individual e suas consequências. É esse princípio – declarado, posto em funcionamento e considerado digno de confiança em seu funcionamento – que eleva a ‘sociedade imaginada’ ao plano de uma comunidade ‘real’ – ou seja, percebida e vivida de maneira tangível. Assim, substitui (para usar termos de John Dunn), a ‘ordem do egoísmo’, que gera desconfiança e suspeita, pela ‘ordem da igualdade’, que inspira confiança e solidariedade. É o mesmo princípio que eleva os membros da sociedade ao status de cidadãos, ou seja, torna-os parte interessada, além de acionistas – beneficiários, mas ao mesmo tempo agentes responsáveis pela criação e a decente distribuição de benefícios; cidadãos definidos e movidos pelo interesse premente na propriedade em comum da rede de instituições públicas (e pela responsabilidade sobre ela) em que se pode confiar para assegurar a solidez e a retidão da ‘apólice coletiva de seguros’ emitida pelo Estado.” (Bauman, 2010b, p. 56-57)

presente nas sociedades como um todo, como um aspecto típico dos tempos presentes³⁰.

Tanto quanto o episódio referido acima, em que George W. Bush no primeiro pronunciamento endereçado aos americanos imediatamente após os atentados de 11 de setembro pede à todos que retomem a vida normal regressando às compras, a conversão dos riscos em objeto de consumo não só denuncia a privatização da condição social de segurança, como também testemunha mais uma vez e de forma eloquente o nível do compromisso social com o consumo na atualidade.

Os medos ou riscos sociais, como prefere Beck, são hoje de fato grandes oportunidades de mercado. Por serem social e continuamente produzidos, definidos, divulgados e comercialmente explorados, eles geram necessidades crescentes e insaciáveis de segurança. Não bastasse a produção de riscos ser algo inesgotável, já que hoje é inseparável do funcionamento regular das sociedades complexas³¹, ele ainda pode ser destacado, exagerado e manipulado pelas meios

³⁰ “Os riscos não são nesse caso apenas riscos, são também *oportunidades de mercado*. É precisamente com o avanço da sociedade de risco que se desenvolvem como decorrência as oposições entre aqueles que são *afetados* pelos riscos e aqueles que *lucram* com eles. Da mesma forma, aumenta a importância social e política do *conhecimento*, e consequentemente do acesso aos meios de forjar o conhecimento (ciência e pesquisa) e disseminá-lo (meios de comunicação de massa). A sociedade do risco é, nesse sentido, também a sociedade *da ciência, da mídia e da informação*. Nela, escancaram-se assim novas oposições entre aqueles que *produzem* definições de risco e aqueles que *consomem*.” (Beck, 2010, p. 56. Grifos do autor).

³¹ Não obstante o foco deliberado que nosso estudo confere aos ricos oriundos de processos econômicos globalizados e emancipados, a modernidade avançada se define para Beck a partir de uma nova, ampla e multifacetada relação com o risco. Este é aliás o sentido extado da expressão que intitula o famoso livro do sociólogo alemão: *Sociedade de risco – rumo a uma outra modernidade*. Isso considerando que mais que “resíduo tradicional” da modernização o risco se torna o próprio produto desse processo: “Na modernidade desenvolvida, que surgiu para anular as limitações impostas pelo nascimento e para oferecer às pessoas uma posição na estrutura social em razão de suas próprias escolhas e esforços, emerge uma novo tipo de *destino ‘adscrito’ em função do perigo*, do qual nenhum esforço permite escapar. Este se assemelha mais ao destino testamental da Idade Média que às posições de classe do século XIX. Apesar disso, não se vê nele a desigualdade dos estamentos (nem grupos marginais, nem diferença entre campo e cidade ou de origem nacional ou étnica, e por aí afora). Diferente dos estamentos ou das classes, ele não é uma ‘resíduo tradicional’, mas uma *produto* da modernidade, particularmente em seu estágio de desenvolvimento mais avançado. Usinas nucleares – o auge das forças produtivas e criativas humanas, converteram-se, desde Chernobyl, em símbolos de uma *moderna Idade Média do perigo*. Elas designam ameaças que transformam o individualismo moderno, já levado por sua vez ao limite, em seu mais extremo contrário.” (Beck, 2010, p. 8. Grifos do autor).

Também Antony Giddens, em *Modernidade e identidade*, apresenta uma noção semelhante de sociedade de risco: “A modernidade reduz o risco geral de certas áreas e modos de vida, mas ao mesmo tempo introduz novos parâmetros de risco, pouco conhecidos ou inteiramente desconhecidos em épocas anteriores. Esses parâmetros de riscos de alta consequência, são derivados do caráter globalizado dos sistemas da modernidade. O mundo moderno tardio – o mundo que chamo de alta modernidade – é apocalíptico não porque se dirija inevitavelmente à

de comunicação de massa. Além do que, especialmente confiada à ciência, mas também à política, a definição variável dos riscos ou das situações de riscos geram necessidades inteiramente novas. Uma vez cientifizados, avaliados e afirmados pela política, os riscos se tornam mais suscetíveis às demandas comerciais.

É verdade que na sociedade de risco e de medo generalizados a segurança é uma mercadoria preciosa e cara, especialmente quando a política é negligente e abandona ao indivíduo a tarefa de resolver de modo particular ou biográfico um problema socialmente constituído. Como toda mercadoria cara a segurança é um objeto cujo acesso permite ao analista social identificar dois grupos distintos de indivíduos: os que consomem e os que somente sonham em poder consumir. O primeiro grupo é responsável pelo surgimento do que Zygmunt Bauman chama de “guetos voluntários”, isto é, os condomínios fechados de alto luxo; os espaços vetados e claramente destinados a segregar, excluir e dividir os de dentro e os de fora. Aqueles são os “cidadãos da primeira fila”, estes são os “cidadão da última fila”, os sem recursos que podem ser especialmente localizados nos guetos involuntários: nos bairros difíceis, desestruturados e acima de tudo perigosos a que estão condenados a residir.

A *urbes* (cidade) que um dia foi cercada por muros em nome da segurança comum de seus cidadãos, é hoje a mais fatal das fontes de periculosidade. Quer o perigo seja real, quer seja aparente, as cidades, agora mais do que nunca, são projetadas para segregar. A atual luta pela sobrevivência no cenário urbano aposta nas dispendiosas e seletivas estratégias da separação e da distância, mas também na “estética da segurança” pela qual são concebidas as pequenas fortalezas fixas (casas) e móveis (carros blindados), em todo caso equipadas com dispositivos de segurança *high tech*. Tais atitudes que tomamos frente aos medos socialmente gerados, mais alimentam a indústria do medo do que curam a ansiedade que nos atormenta.

Ao lado da ciência e da tecnologia a economia é um dos principais fatores modernos que institucionalizam o risco em escala social. Para o nosso contexto o decisivo é que para além de oportunidades de negócio os riscos, especialmente os econômicos, definem as mais novas atribuições do âmbito político socialmente deslocado pelo processo de divórcio com o poder. Em virtude disso o controle do

calamidade, mas porque introduz riscos que gerações anteriores não tiveram de enfrentar.” (Giddens, 2002, P. 11-12)

presente e o planejamento do futuro é algo que, por intervenção da economia flexível, se acha em crise tanto no mundo trabalho quanto no cenário político. Nenhum dos mecanismos de controle ou salvaguarda importantes nas condições atuais estão sob a jurisdição, quanto mais sob o controle, dos indivíduos ou e mesmo das coletividades. A inexorabilidade da economia flexível nos lança naquele estado de precariedade estrutural em que o futuro, antes atrelado às esperanças confiadas ao trabalho e ao empreendimento políticos, agora mais nos aterroriza do que nos acalma. Portanto esta inexorabilidade, “longe de ser o produto de inescrutáveis e invencíveis leis da Natureza ou da pecaminosa mas irreduzível natureza humana, é em grande medida produto do que só pode ser chamado de *economia política da incerteza*”. (Bauman, 2000, p. 175)

A “economia política da incerteza”, outro nome para a economia flexível, define as circunstâncias em que os operadores do poder extraterritorial estipulam as regras que almejam pôr fim a todas as regras das autoridades políticas locais. Sua ação essencialmente negativa não pretende substituir uma ordem por outra, visa somente o desmantelamento da ordem existente somada à garantia de que a desregulamentação política que ela empreende não se seguirá de uma nova regulamentação. Razão por que suas medidas perseguem ao mesmo tempo o desarmamento das instituições cuja oposição pode cerrar as fronteiras capazes de obstar a livre circulação do capital de das finanças.

A consequência dessa desregulamentação política é naturalmente um estado permanente e generalizado de incerteza e instabilidade, que no cenário político substitui os expedientes e controles coercitivos e as medidas de estabilidade por ajustes de flexibilização e garantias de não resistência. Vimos acima que a mensagem de fundo da economia flexível, particularmente manifesta no mundo do trabalho, é que “todo mundo é *potencialmente* supérfluo ou substituível e, portanto, todo mundo é vulnerável e qualquer posição social, por mais elevada e poderosa que possa parecer gora, é precária a longo prazo” (Bauman, 2000, p. 175).

No primeiro capítulo mostrou-se portanto que com o capitalismo flexível o trabalho, que era tradicionalmente um dos meios mais confiáveis para enfretamento da insegurança e das incertezas do futuro, não apenas torna-se ele mesmo uma fonte de angústia incapaz de resistir a qualquer sorte de planejamento, como assumiu a forma de uma estratégia recomendável (por que

flexível) para se ajustar à instabilidade dominante da nova economia. No presente capítulo temos argumentado que, igualmente por ação da economia flexível, também a política recebe a marca de ferro do descontrole e da incerteza.

Queremos destacar agora que no espaço de transições em que a política é progressivamente expropriada do poder de decisão, sua nova função envolve mais o gerenciamento, uma espécie de tratamento clínico ou terapêutico dos incontornáveis riscos liberados por processos econômicos emancipados (e outros riscos oriundos do processo de modernização de que aqui não trataremos)³², do que a gestão exclusiva da sociedade a partir do controle efetivo das condições de vida – que caracterizou a modernidade política até a recente erosão do Estado social. O ponto central da presente discussão envolve o fato, exemplarmente referido por Beck, de que “os riscos converteram-se no motor da *autopolitização* da modernidade na sociedade industrial – e mais: com eles, alteram-se *conceito, lugar e meios da ‘política’*.”³³ (Beck, 2010, p. 275)

Nesse caso, para além de um compromisso profundo e sem precedentes com a promoção do consumo e do crescimento econômico, é também por um tratamento e por uma capitalização dos riscos autogerados, (por uma abordagem dos riscos como justificativa para a gestão mais interessada na segurança do que na configuração das condições de vida que agora começa a escapar ao seu controle), que a política reintegra o sistema social no mesmo instante em que dele se despede pelo divórcio com o poder.

O jogo sem regras da economia flexível se apoia na incerteza, nos riscos e na insegurança de que ela é fonte irradiadora. No plano político, mas também nas esferas do trabalho, seu caráter coercitivo se prende antes de tudo às pressões que ela exercesse sob o amparo da noção de crescimento, traduzida em imperativo econômico e meta principal no contexto de uma sociedade de consumidores³⁴. Todavia, o controle pela incerteza e pelos riscos como base operacional do sistema

³² Conferir nota 31.

³³ Grifos do autor.

³⁴ Os estudos de Richard Sennett mostram que no âmbito do trabalho “o controle [do sistema flexível] pode ser estabelecido instituindo-se metas de produção ou lucro pra uma ampla variedade de grupos na organização, que cada unidade tem liberdade de cumprir da maneira que julgar adequada. Essa liberdade no entanto é capciosa. É raro as organizações flexíveis estabelecerem metas de difícil cumprimento; em geral as unidades são pressionadas a produzir ou ganhar muito mais do que está em suas capacidades imediatas. As realidades de oferta e procura raramente estão em sincronia com essas metas; o esforço é para forçar cada vez mais as unidades, apesar dessas realidades, uma pressão que vem da alta administração da instituição.” (Sennett, 2011, p. 65)

flexível é particularmente profícuo aos negócios na medida em que torna supérfluos e excessivamente dispendiosos os dispositivos disciplinares. Não é que o domínio da flexibilidade aposte na antiga ética do trabalho, quando a responsabilidade pelo empenho produtivo era confiada ao indivíduo autodirigido graças a uma forte formação doutrinária. Mas

No que concerne à submissão passiva às regras do jogo ou a um jogo sem regras, a incerteza endêmica de alto a baixo do escalão social é um substituto limpo, barato e altamente eficaz da regulação normativa, da censura e da vigilância. Fora os setores marginais dos excluídos e supérfluos, que têm bastante certeza de sua exclusão e inutilidade para serem receptivos à políticas da incerteza, os sistemas panópticos não são mais necessários, quer nas suas versões antigas e pesadas, quer nas novas, leves e atualizadas versões. Só a liberdade, na sua versão de mercado, pode ter a completa confiança para produzir toda a conduta humana necessária ao funcionamento normal da economia global. (Bauman, 2000, p. 176)

A flexibilidade ou a liberdade econômica de dar as cartas, de impor, desfazer e refazer as condições essencialmente flutuantes num jogo destituído de regras, faz da incerteza e do risco a norma que confere força à cada cartada. Com efeito, “o tempo da flexibilidade é o tempo de um novo poder. Flexibilidade gera desordem, mas não livra das limitações.” (Sennett, 2011, p. 70). Essa incerteza sistêmica, programática e metódica que impregna de riscos cada novo passo com que a nova economia se põe em movimento, é tanto mais eficiente por que se conjuga a uma impotência difusa, que incapacita indivíduos e mesmo coletividades privatizadas e inseguras (postas numa condição de risco estrutural) de agirem de modo concertado. A impotência que a era da flexibilidade aciona se torna tanto mais profunda na proporção direta em que se estende a descrença na efetividade de qualquer ação transformadora.

A privatização como expediente econômico que associa incerteza, risco e impotência implica a incapacidade de reconduzir ao plano das questões coletivas tudo que agora é sistematicamente tratado como uma preocupação privada, isto é, de responsabilidade exclusivamente individual, cuja resolução está a cargo de cada um. Ao término do projeto/processo econômico de desregulamentação da política, resta o fato de que questões coletivas resultam precisamente no que tende a desaparecer sob o domínio da flexibilidade.

Como a incerteza endêmica do mundo contemporâneo enraíza-se no poder global, contra o qual a política restrita aos domínios da localidade (quanto mais o

indivíduo abandonado aos recursos privados) se mostra impotente³⁵, a saber, totalmente incapaz de opor qualquer resistência séria, sob tais condições é natural e esperável, como disse Ulrich Beck, a tradução de problemas sistêmicos em fracasso pessoal. A metamorfose da causalidade externa em culpa própria, da precariedade estrutural em problema particular, é o expediente com que “problemas sistêmicos se convertem em fracassos pessoais e se decompõem politicamente.” (Beck, 2010, p. 109).

A responsabilização individual por problemas estruturais ou a privatização da precariedade estratégica do sistema econômico, supõe a dissolução da condição que nos permite identificar o local de onde estes problemas emergem no mundo humano. A interdição da condição de fenômeno externo, econômico, de causa comum e localizável, é a própria negação da significação coletiva implícita em toda questão política.

O expediente que comuta causalidade externa em culpa própria, ao mesmo tempo em que esvazia o sentido político de todo problema sistêmico, é particularmente observável no âmbito do desemprego estrutural e da pobreza: “a precariedade que ao longo de contínuas tentativas se converte em desemprego duradouro é”, como afirma Beck, “a *via crucis da autocofinação*. Na contínua exclusão do possível, o desemprego, algo externo portanto, penetra passo a passo na pessoa, convertendo-se num atributo seu.” (Beck, 2010, p. 139)

Nas condições de trabalho marcadas pela flexibilidade e pela privatização da precariedade econômica, as pessoas são sobrecarregadas com a instabilidade e o desemprego em massa como se fossem um destino pessoal. Os afetados têm de lidar individualmente com um fato cujo caráter social e sistêmico é vaga e inocuamente entrevisto apenas a partir das análises estatísticas. A efetiva restauração do fenômeno como questão social e política é uma possibilidade esgotada por sua fragmentação no âmbito da responsabilidade individual. “A unidade referencial atingida pelo raio do desemprego e da pobreza já não é o

³⁵ Para Zygmunt Bauman, no que parece ser particularmente influenciado por Ulrich Beck e Richard Rorty, “a tarefa de reestabelecer o equilíbrio perdido entre poder e política só pode ser realizada no plano mundial e apenas por um processo de legiferação globalizado (que, infelizmente, ainda não existe), apoiado por instituições executivas e jurídicas. Esse problema traduz-se na exigência de complementar a globalização até aqui totalmente ‘negativa’ (isto é, a globalização de forças intrinsecamente hostis à política institucionalizada, como capital, financiamento, comércio de produtos primários, informação, criminalidade, tráfico de drogas, de armas etc.) com uma globalização ‘positiva’ (da representação política, do direito e da jurisdição, por exemplo) que ainda não começou de verdade.” (Bauman, 2011b, p. 139-140)

grupo, a classe ou a camada social, mas o *indivíduo de mercado* em suas circunstâncias específicas” (Beck, 2010, p. 134).

Nesse caso, a ênfase sobre o risco de desemprego se descola das condições flutuantes do mercado de trabalho para a inabilidade dos que não desenvolvem a aptidão potencial e não se fazem flexíveis; dos que se prendem à rotina, perícia e burocracia que a nova economia identifica com as práticas deletérias próprias dos antigos e obsoletos dispositivos de estabilidade. Num cenário em que as condições para o emprego são arrancadas do mundo econômico e lançadas para o interior das “qualidades” pessoais (ser flexível), o desemprego traduz a inadaptabilidade de individualidades excessivamente rijas, presas à rotinas, tarefas e compromissos de longo prazo. Em resumo, a indisponibilidade para o risco e para a adaptabilidade, a própria negação das virtudes cardeais do trabalho que emerge, indica a incapacidade geral de lidar com o desafio que a economia emancipada alçou à condição de necessidade diária a ser enfrenta pelas massas.

Numa veia mais caseira, os autores de *Upswing the Individual and Downsizing Corporation* invocam a imagem do trabalho sendo continuamente trocado de vaso, como uma muda de planta, e do trabalhador como jardineiro. A própria instabilidade das organizações flexíveis impõe aos trabalhadores a necessidade de “trocar de vasos”, isto é, correr riscos, com seu trabalho. Esse manual de negócios é típico de muitos outros no fazer dessa necessidade uma virtude. (Sennett, 2011, p. 94)

Com o trabalho flexível em particular, mas também com a política de co-operação econômica em geral, os riscos econômicos atravessam e condicionam a vida social e tornam-se normais e comuns. É nesse contexto social de instabilidade que as ofertas (comerciais) e as promessas (políticas) de segurança avançam em conjunto com os riscos. Não surpreende assim que na sociedade de risco analisada pelas mais variadas abordagens sociológicas o “contraprojeto normativo, que lhe serve de base e de impulso, é a *segurança*.” (Beck, 2010, p. 59).

É neste contraprojeto característico de uma sociedade de risco que a política em via de se tornar supérflua, em função de forças econômicas globais, tende a se reencontrar no sistema social. Na sociedade da incerteza, do medo e do risco endêmicos, a segurança emerge como uma força política extraordinária. Ao lidar com o problema da insegurança no sentido de *gerir* e *remediar* (portanto não mais no sentido de *fazer o controle*, reprimir ou combater em sua fonte originária), a esfera política se ajusta, integra e coopera com o processo de transição que redefine a função política do econômico, sua própria emancipação.

Essa definitiva simbiose entre Estado e mercado deflagra nos assuntos humanos processos econômicos que, destituídos de controle, comportam riscos potenciais essencialmente instáveis, vagos e por isso mesmo temíveis. A despeito do caráter indeterminável e difuso do temor, é como risco geral de exclusão, superfluidade econômica e vulnerabilidade social que se ressentem a contingência e as pressões da esfera econômica. O medo difuso que o Estado social prometeu extirpar, agora espreita os indivíduos impotentes a partir de uma renitente e angustiante ameaça de exclusão normalizada como expediente operacional do sistema flexível.

[...] Conseguir se manter em lugar legítimo e digno na sociedade humana e evitar a ameaça da exclusão – é uma tarefa deixada às habilidades e aos recursos de cada indivíduo, por sua conta. Isso significa correr riscos enormes e sofrer com a angustiante incerteza que empreitadas como essas inevitavelmente incluem. O medo que o Estado social prometeu extirpar retornou com uma vingança. A maioria de nós, da base ao topo da pirâmide social, hoje teme a ameaça, embora vaga, de ser excluído, de se provar inadequado para os desafios, de ser desprezado, de ter sua dignidade negada e humilhada.” (Bauman, 2009, p. 89)

Dissemos acima que a sociedade da angústia, dos riscos e dos medos de raízes econômicas geram mais do que rendimentos pecuniários. Não fosse pela capitalização dos riscos, pela rentabilidade que eles asseguram à esfera política (enredada na promoção do crescimento econômico), esta esfera restaria absolutamente deslocada do trato com as condições da vida social que ela a rigor já não governa. As ações restritivas com que o Estado social, enleado ao poder, exercia o *controle* do risco social foram substituídas pelas práticas que indicam a posição secundária da política restrita ao *manejo*, isto é, à necessidade de *lidar com* processos compulsórios que ela não inicia, não pode prever e nem tampouco consegue controlar. A economia livre abandona à política, como forma de reaver a autoridade posta em crise, um novo tipo de relação com a segurança.

Na análise da dinâmica global em torno da qual giram as principais cidades do mundo, e graças à sua grande capacidade de tornar legível os menores aspectos cotidianos da existência, Bauman julgou detectar os sinais de um futuro que se aproxima. Em *Confiança e medo na cidade* o autor sustenta que na fase histórica iniciada nos últimos decênios do século XX, as chamadas “cidades globais”, por razões diversas, se tornaram o epicentro e, para o analista social, o próprio observatório das mudanças provocadas pelo processo de desregulamentação.

Uma parte bastante significativa dos medos sociais hodiernos, conforme Bauman procura mostrar, resulta tanto do descontrole estatal sobre os processos

econômicos que perpassam a sociedade, quando do colapso do sistema de proteção e solidariedade coletiva simbolizado pelo Estado social, que esses mesmos processos acabam por sepultar. O determinante é que “a dissolução da solidariedade representa o fim do universo no qual a modernidade sólida administrava o medo”³⁶ (Bauman, 2009, p. 20).

Quando “o Estado lavou as mãos sobre a vulnerabilidade e a incerteza provenientes da lógica (ou falta de lógica) do livre mercado” e, em seu encalço, a esfera econômica forjou a “condição que define como falha e problema individual, – uma questão para indivíduos enfrentarem e com a qual lidarem pelo uso dos recursos que disponham individualmente –” (Bauman, 2011b, p. 112), as cidades globais, que são os próprios epicentros das transformações em curso, passaram a registrar certos fluxos e deslocamentos populacionais. Mais do que refletir a verticalização crescente das disparidades, os fluxos característicos das cidades de ponta do capitalismo flexível supõem a rápida escalada social do risco e também uma forma específica de geri-lo.

Nas grandes áreas urbanas, referenciais no que concerne as funções mais avançadas do capitalismo flexível, as aferradas e intensas pressões econômicas que no plano político desregulam o mercado de trabalho e desmantelam o sistema de proteção social, também disponibilizam novas e extraordinárias oportunidades de investimentos mediante a ampliação de certos mercados. Desde o início da expressiva influência dessa variável econômica no fenômeno da verticalização social, as cidades globais se tornaram palco de deslocamentos populacionais cujos resultados, embora já sejam eles mesmos um registo do aspecto endêmico do mal-estar e do medo na era da flexibilidade, foram igualmente significativos para o caráter difuso da insegurança e do risco social.

O caráter obstinadamente ostensivo do fenômeno não poderia fazê-lo passar despercebido ao mais comum dos observadores e nem tampouco à qualquer estudo social dos fluxos urbanos. A despeito dos vários fatores que certamente merecem ser computados como causa, é também especialmente sob a moção da insegurança e do risco que se desenrolam dois movimentos urbanos estreitamente

³⁶ O colapso da solidariedade social, no que possui de decisivo para o advento de um medo vago e difuso como fenômeno de massa, é para Bauman uma ocorrência abrangente que envolve também a crise das associações, sindicatos e outros laços artificiais com que a modernidade conjugou forças individuais para o combate das condições de risco.

articulados, constitutivos das marcas urbanas das desigualdades e das diferenças sociais.

De um lado os deslocamentos dos grandes centros urbanos registram o advento de enclaves que segregam os cidadão da “primeira fila”, afinados com as condições de extraterritorialidade do espaço global. Entre os que nas cidades do medo se colocam sob a proteção dos privados e seletivos esquemas de segurança — especialmente os “bairros” próprios —, estão aqueles que se reorganizam segundo uma lógica de rede norteada pelas diretrizes dos poderes globais, em mobilidade absoluta. Do outro lado da segregação, agora em sua versão passiva (no sentido dos que são abandonados à própria sorte), estão os cidadãos da “segunda fila”; duplamente enraizados nos limites da localidade onde são deixados para suportar as mais negativas consequências das mudanças, apartados e marcados com o emblema da marginalidade, da superfluidade e da exclusão.

Sob o influxo irrestrito do livre mercado, na medida em que aprofunda as distâncias sociais (ao mesmo tempo em que solapa as instituições da solidariedade social), as cidades globais tornaram-se espaços de insegurança e medo generalizados. E estes, por sua vez, se tornam tanto mais difusos em virtude do aprofundamento das desigualdades mas também das diferenças, mais do que nunca evidenciadas pelas marcas urbanas da segregação. Tal separação, embora se origine de um estado de coisas em que a insegurança tornou-se estrutural, corrobora ainda mais a sensação compartilhada de risco iminente.

Sob a moção comum do medo encontram-se duas categorias de indivíduos que apenas aparentemente ocupam o mesmo espaço urbano. A mobilidade plena dos globalizados ou extraterritoriais, interligados em rede aos poderes realmente poderosos e desconectados do próprio lugar em que residem, sugere a distância abissal que os separa dos que estão radicados nos confins da localidade, da qual os recursos próprios (os únicos com que podem contar em face de uma política impotente) não lhes permitem fugir. Como disse Bauman, para além do divórcio entre poder e política, localização e extraterritorialidade também traduzem dois planos de existência urbana em total assimetria e descompromisso.

A mobilidade adquirida por “pessoas que investem” — aquelas com capital, com o dinheiro necessário para investir — significa uma nova desconexão do poder face a obrigações, com efeito uma desconexão sem precedentes na sua radical incondicionalidade: obrigações com os empregados, mas também com os jovens e fracos, com as gerações futuras e com a auto-reprodução das condições gerais de vida; em suma, liberdade face ao dever de contribuir para a vida cotidiana e a perpetuação da

comunidade. Surge uma nova assimetria entre a natureza extraterritorial do poder e a contínua territorialidade da “vida como um todo” — assimetria que o poder agora desarraigado, capaz de se mudar de repente ou sem aviso, é livre para explorar e abandonar às consequências dessa exploração. Livrar-se da responsabilidade pelas consequências é o ganho mais cobiçado e ansiado que a nova mobilidade propicia ao capital sem amarras locais, que flutua livremente. Os custos de se arcar com as consequências não precisam agora ser contabilizados no cálculo da “eficácia” do investimento. (Bauman, 1999, p. 16-17)

As conexões globais que influem na vida urbana e deixam aos cuidados da localidade a tarefa de lidar com os resultados sociais das mudanças que elas provocam, implicam a necessidade de administração local/política dos problemas com que o mercado livre de amarras não se compromete. É nessa dinâmica estrutural a que a localidade está sujeita, que a política, desregulamentada pelo novo sistema econômico, a um só tempo gere, especula e capitaliza os riscos cuja origem ela não já não pode conter.

Os recursos penosamente escassos e, em todo caso, inadequados de que a política (confinada ao âmbito da localidade que ela não governa) se serve para reprimir e moderar a insegurança extraterritorial, não podem e nem mesmo pretendem *localizar* e alcançar o centro a partir do qual se processão as transformações fundamentalmente fora de controle. No interior da localidade de onde são operados, os recursos políticos tendem fatalmente a padecer de impotência: uma débil capacidade de agir eficientemente no que se refere ao drama provocado pelos poderes globais. O plano local a que se restringem as intervenções do empenho político, embora seja o cenário em que se *localizam* as questões sobre as quais se pode fazer alguma coisa, faz fronteira com as determinações *supralocais* para as quais, admite-se, não há alternativas³⁷.

Nesse passo, a insuficiência e inadequação do recursos políticos indicam que, independente do que se faça, os processos econômicos emancipados seguirão seu curso agora reconhecidamente inexorável nos assuntos humanos. Os aspectos combatidos e combatíveis no plano da localidade poucas vezes ou quase nunca coincidem com a fonte de ansiedades e de temores. Independentemente do quão bem-sucedidas possam ser a investidas do Estado contra as ameaças que a mídia

³⁷ “As forças políticas que poderiam atacar a insegurança global na fonte não chegam nem perto do nível de institucionalização alcançado por aquelas forças econômicas (capital, finanças e comércio) que são a fonte da insegurança global. Não há nada que se compare à riqueza, determinação e eficácia do Fundo Monetário Internacional, O Banco Mundial e a rede cada vez mais cerrada do sistema mundial de bancos e investimentos e compensação.” (Bauman, 200, p. 198)

torna públicas, as fontes primárias e autênticas, as causas endêmicas do risco e do medo restarão intactas.

O mais grave é que nas novas atribuições gerenciais que a política desempenha relativamente aos riscos, há igualmente uma evidente disposição à reduzir o problema da insegurança social à uma questão individual particularmente assemelhada às estratégias de *marketing mobiliário*. É que em ambos os casos, comercial ou politicamente, nas autênticas ou supostas ameaças inerentes às cidades do risco e do medo, o clima geral de insegurança é no mais das vezes tratado como uma questão referente à segurança pessoal. E mesmo traduzindo o problema estrutural do risco neste objetivo mais próximo e espúrio, para cujos incômodos a política mobiliza os ineficientes recursos que tem, a solução encontrada, a despeito de ser apenas aparente (da qual espera-se uma espécie de efeito placebo), é confiada mais aos expedientes privados do que aos empreendimentos políticos³⁸.

A privatização do risco social endêmico, sua conversão comercial e especialmente política em questão de segurança pessoal, mostra que “assim como o dinheiro líquido disponível para investimentos de todo tipo, o ‘capital do medo’ pode ser transformado em qualquer tipo de lucro político ou comercial” (Bauman, 2009, p. 55). Na era da economia flexível, fonte de instabilidade e insegurança globais, a gestão política do risco o encerra no domínio da localidade, que como problema de segurança pessoal é explorado tanto pelo mercado quanto pelo *marketing* dos projetos políticos de campanhas eleitorais. Mais uma vez o paralelo é inevitável: o problema da segurança pessoal (em que se comuta a questão do risco social) possui um alcance cuja abrangência vai das vantagens destacadas nos produtos do *marketing* imobiliário, até à ênfase política sobre “lei e ordem”, particularmente sublinhadas como promessas de segurança pessoal³⁹.

³⁸ Está claro pela arquitetura do medo que reconfiguram as cidades que “o fator medo aumentou, como [também] demonstram os incrementos dos mecanismos de tranca para automóveis, as portas blindadas e os sistemas de segurança; a popularidade das *gated and secure communities* para pessoas de todas as idades e faixas de renda; e a vigilância crescente dos locais públicos, para não falar dos contínuos alertas de perigo por parte dos meios de comunicação de massa.” (Bauman, 2009, p. 40, 41)

³⁹ E *Vida a crédito* Bauman afirma o seguinte: “o Estado contemporâneo – rescindindo sua postura programática anterior, de caráter terapêutico, em relação às consequências da insegurança produzida pelo mercado, e, no sentido contrário, proclamando a perpetuação e intensificação da insegurança como missões de todo poder político preocupado com o bem-estar de seus súditos – deve buscar outras variedades não econômicas de vulnerabilidade e insegurança nas quais sustentar sua legitimidade. Essa alternativa parece ter sido alocada (talvez em sua forma mais espetacular,

O gerenciamento ou o empenho político em reduzir e dissolver o problema do risco difuso a uma questão de segurança pessoal é desesperado e ao mesmo tempo tentador. Desesperado porque a crise do controle político associada ao colapso do sistema de proteção social resulta, como observa Beck, na expectativa de que os indivíduos privatizados e impotentes busquem soluções biográficas para contradições sistêmicas que a política não pode alcançar. É tentador porque, sob o império do medo em que a segurança (também como disse Beck) se torna o contraprojeto normativo da vida social, a política tende a especular com o próprio medo cofiado aos seus cuidados clínicos pouco eficientes.

Não podendo fazer nada de significativo para aplacar, quanto mais para eliminar a incerteza e a angústia – os produtos básicos da globalização – os poderes do Estado se voltam para objetivos alcançáveis capazes de restaurar sua legitimidade perdida. O que significa que neste movimento, a política que abandona a maior parte de suas funções econômicas e sociais aos poderes globais, se volta para o manejo da insegurança (enquanto política de segurança) como eixo de uma estratégia, uma verdadeira capitalização dos riscos, para reaver diante dos cidadãos sua importância na tarefa de protetora social – a rigor convertida em função terapêutica de um mal que a própria política admite ser incurável.

Ocorre que frequentemente esses esquadros de medos e ansiedades à caça de alvos à mão, capitalizáveis, recaem justamente sobre os refugos humanos das forças globais: refugiados, pessoas em busca de asilo político, imigrantes e toda sorte de redundantes econômicos que se encaixam perfeitamente neste papel⁴⁰. É assim que, como Bauman argumenta em *Vidas desperdiçadas*, a política de segurança encarnada pelo Estado a serviço do crescimento econômico em descontrole, tende para a criminalização da população economicamente redundante. Neste sentido, o tratamento político dispensado aos imigrantes e refugiados econômicos é realmente paradigmático.

O influxo de recém-chegados tem recebido a culpa, de modo direto ou oblíquo, pelo aumento da inquietação e dos temores difusos que emanam de um mercado de trabalho

porém de modo algum exclusiva, pelo governo americano) na questão da segurança pessoal: ameaças ao corpo, aos bens e aos habitats dos seres humanos, perigos provenientes de atividades criminosas, condutas antissociais por parte ‘da subclasse’ e, mais recentemente, terrorismo internacional.” (Bauman, 2010b, p. 40, 41)

⁴⁰ “A incerteza não pode ser difundida nem disseminada num confronto direto com outra encarnação da extraterritorialidade: a elite global que flutua além do controle humano. Essa elite é poderosa demais para ser confrontada e desafiada de modo franco, mesmo que sua localização exata fosse conhecida (o que não é). Os refugiados, por outro lado, são um alvo bastante visível, e imóvel, para o excedente de angústia”. (Bauman, 2004a, p. 85)

cada vez mais precário. [...] o Estado flexionou os músculos, embora débeis e indolentes em todos os outros domínios, em plena vista do público – criminalizando as margens da população que se mostravam mais frágeis e viviam de forma mais precária, projetando política de ‘mão firme’ cada vez mais rígidas e severas, e lançando espetaculares campanhas contra o crime centradas no refúgio humano de origem estrangeira. (Bauman, 2004a, p. 105)

De fato, na forma terapêutica com que a política gerencia os riscos e medos, “o que chama a atenção do olhar e mobiliza a imaginação é a forma como o ressentimento se dirige para os imigrantes e se torna politicamente rentável”. O Estado clínico também é aquele em que política (além de um compromisso incondicional com o crescimento econômico) se define segundo um certo tipo de tratamento capitalizável dos riscos economicamente instalados no corpo social. Nesta dinâmica a política paradoxalmente também se lança contra as próprias vítimas da nova economia.

Diante de um eleitorado sedento de um alvo visível contra o qual possa disparar o excedente de angústia, e em nome da política de segurança que ele deseja, o Estado terapêutico em crise de legitimação trabalha com o efeito placebo: “de uma forma perversa, os imigrantes representam tudo o que gera ansiedade e desperta horror na nova variedade de incerteza e insegurança que tem sido e continua a ser induzida pelas misteriosas, impenetráveis e imprevisíveis ‘forças globais’” (Bauman, 2010b, p. 90). O tratamento político dos riscos sociais, não obstante sua ineficiência real, é muitas vezes julgado segundo a severidade ou mão forte dispensada aos medos oficiais por parte dos que estão poder ou a ele aspiram chegar⁴¹.

Há ainda uma outra classe extremamente ampla e por isso mesmo inominável de refugos econômicos socialmente indesejáveis que, em conjunto com os estrangeiros, produz em massa a “subclasse” (*underclass*) comportamental⁴². Essa categorial populacional, embora ausente dos esquemas

⁴¹ “Os imigrantes, e em particular os recém-chegados, exalam o odor opressivo do depósito de lixo que, em sus muitos disfarces, assombra as noites das potenciais vítimas da vulnerabilidade crescente. Para aqueles que o detratam e odeiam, os imigrantes encaram – de modo visível, tangível em carne e osso – o pressentimento inarticulado, mas pungente e doloroso, de sua própria condição de descartável. Fica-se tentado a dizer que, se não houvesse imigrantes batendo às portas, eles teriam de ser inventados... De fato, eles fornecem ao governos um ‘outro desviante’ ideal, um alvo muito bem-vindo para ‘temas de campanha selecionados com esmero’.” (Bauman, 2004a, p. 73)

⁴² Há normalmente um amplo inventário de pessoas comprimidas no termo subclasse: “essa definição comportamental de pessoas pobres que abandonaram os estudos, não trabalham e, caso sejam mulheres jovens, têm filhos sem o benefício do casamento e vivem de previdência social. A subclasse comportamental também inclui os sem-teto, mendigos e pedintes, pobres viciados em álcool e drogas, além dos criminosos de rua. Como o termo é flexível, os pobres que vivem nos

metais de divisão social, é emblemática e realmente indispensável à política de segurança do Estado clínico capitalizador de riscos, que também por pressões econômicas se empenha numa sutil estigmatização e criminalização da pobreza e da redundância social.

Forjada nos Estados Unidos, *underclass* é a palavra com que ficou conhecida a faixa da população tornada econômica e socialmente supérflua no interior do sistema flexível. Subclasse não é portanto uma palavra que designa um estado de anomalia social passível de remediação, como quando nos referimos à condição de alguém se encontrar momentaneamente *desempregado*.

Em *Vida para consumo* Bauman esclarece que antes de cair em desuso a expressão “classe trabalhadora” era própria do imaginário social que mesmo pressupondo a diferença, e até a oposição das ocupações de ricos e pobres, as concebia como complementares numa ordem social em que cada indivíduo tinha uma função definida e invariavelmente compreendida como indispensável ao sistema social. A pressuposição subjacente nesse imaginário social era a de que todos, independentemente do que possam fazer, têm um papel social a representar. Já o termo “classe baixa”, particularmente familiar à esse contexto, evoca a imagística de uma sociedade marcada pela mobilidade social em função da qual cada posição é em princípio momentânea, isto é, sujeita a mudança. Nesse contexto, “ser” da classe baixa, ainda que originariamente, não indica mais do que uma condição, concebida por todos como reversível – como a condição de desemprego –, de quem se encontrando numa posição de inferioridade pode ser capaz de subir (com esforço e sorte) para escapar à vulnerabilidade.

Subclasse, ao contrário de expressões como classe trabalhadora ou classe baixa, aponta enfática e diretamente para a condição de redundância, superfluidade e vulnerabilidade radicais de pessoas que nas condições atuais não podem ser economicamente readmitidas ou mesmo escoadas, despejadas em terras distantes, como outrora, onde possam ser úteis. A perversa especificidade desse conceito admitido como classificador fidedigno às realidades econômica e social vigentes (que supõem pessoas realmente inúteis), é que não inspiram a menor

‘conjuntos habitacionais’, os imigrantes ilegais e os membros de gangues de adolescentes também são muitas vezes classificados como subclasse. Na realidade, a própria flexibilidade da definição comportamental é que propicia que o termo se torne um rótulo capaz de ser usado para estigmatizar os pobres, seja lá qual for seu verdadeiro comportamento”. (Gans apud Bauman, 2008, p. 157)

esperança de melhora. Nessa condição se está definitivamente fora do sistema de classes: não há papel a desempenhar ou mobilidade social possível. Ser um *underclass*, um supérfluo, não é o mesmo que estar sob a condição social anômala e incidental de *desemprego* – para a qual a norma e a própria possibilidade de reintegração é o emprego. Um *underclass* é em última análise um indesejável que não se pode incorporar ou deportar, o membro de uma comunidade de pessoas desnecessárias cujo melhor destino, do ponto de vista econômico, social e mesmo político, seria não a reintegração (a um sistema de mercado que se liberta inclusive dos cálculos humanos), mas antes o desaparecimento de uma vez por todas.

Numa sociedade de consumidores incondicionalmente orientada pelo progresso econômico, um *underclass* é certamente um “cidadão” (na verdade um pseudocidadão) com quem não se pode contar para a superação dos períodos críticos e decisivos de recessão econômica, ou mesmo para retornar à normalidade em face de atentados terroristas, cataclismos e outras desgraças sociais menos expressivas. Uma normalidade que em todos os casos somente se retoma (como George W. Bush indicou com uma objetividade ímpar) a partir da volta às compras, a atividade normal em relação a qual os mais extraordinários e dramáticos acontecimentos não representam mais do que breves interrupções. Daí que “nos livros de contabilidade de uma sociedade de consumo os pobres” que “entram na coluna dos débitos” (Bauman, 2008, p. 160) também se enquadram, ou na verdade realmente são o alvo privilegiado da categoria intencionalmente vaga de subclasse.

Todavia, mais do que não-consumidores esses membros da subclasse também são – o que é acentuadamente mais grave para uma sociedade de consumo – “consumidores falhos”, para não dizer parasitas sociais⁴³. Pessoas propensas a depender ou efetivamente dependentes do auxílio, antes compreendido em termos de *proteção*, que em princípio definia a missão do Estado social. Este Estado protetor que especialmente nos países desenvolvidos está sendo mudado em Estado terapêutico – o mesmo que por influxo da nova economia reconhece nos consumidores os principais ativos (cidadãos) dos quais pode dispor – tem de ceder aos poucos à tendência econômica de privatizar e

⁴³ Cf. nota 26.

criminalizar os onerosos problemas outrora definidos como sociais⁴⁴. Portanto o termo subclasse em última análise

[...] implica uma sociedade que é tudo menos hospitaleira e atenciosa com todos, uma sociedade atenta, em vez disso, ao lembrete de Carl Schmitt de que o traço definidor da soberania é a prerrogativa de *eximir, excluir* e colocar de lado uma categoria de pessoas às quais a lei é aplicada mediante a *negação* ou *revogação* de sua aplicação.” (Bauman, 2008, p. 156)

Com efeito, a justaposição política acima referida entre o cidadão exemplar e o consumidor zeloso – indivíduos com quem se pode contar nos momento de crise e sobretudo de crescimento –, seguida e correlata à equação econômica entre o consumidor falho e o tipo humano indesejável (o *underclass* com quem não se pode contar em circunstância econômica alguma) é demasiado obstinada para ser negligenciada. A subclasse implica determinações econômicas que reverberam de modo decisivo no ordenamento político. É abandonando a subclasse à própria sorte ou excluindo-a do sistema de proteção que o Estado clínico “trata” e capitaliza o problema social da pobreza e da superfluidade degradante ante os olhos de uma poderosa economia. A cremos nas palavras de Karl Schmitt evocadas por Zygmunt Bauman, o poder de “*eximir, excluir* e colocar de lado uma categoria de pessoas às quais a lei é aplicada mediante a *negação* ou *revogação* de sua aplicação” é a derradeira prova da emancipação e soberania do econômico.

Devemos recordar nesse caso as recorrentes e insistentes observações em que Bauman enfatiza que a expressão *subclasse* lembra um agregado de seres humanos que, desenganados pela própria política (como nos sentimos tentados a dizer), foram declarados e efetivamente postos fora dos limites do sistema de classes, com poucas chances e seguramente sem qualquer necessidade de serem reintegradas ao sistema social. Pessoas supérfluas, inúteis e parasitárias que mesmo na ausência de um sedutor expediente totalitário de extirpação dos supérfluos, não escapam à prerrogativa com que Karl Schmitt julgou poder localizar a soberania política em toda parte.

Se a *exclusão* sobretudo econômica, mas também social e política circunscreve uma pena à subclasse, que inclusive é bastante dura e situada além

⁴⁴ “Numa sociedade de consumidores, há ‘consumidores falhos’, pessoas carentes de recursos para adicionar à capacidade do mercado de consumo, criando outro tipo de existência à qual a indústria orientada pelo consumo não pode responder, e que ela não pode lucrativamente colonizar. Os consumidores são os principais recursos de uma sociedade de consumo, os consumidores falhos são os seus passivos mais fatigantes e dispendiosos.” (Bauman, 2010b, p. 155)

da redenção, não há como negar que o cenário atual, sob a poderosa co-ordenação da economia, pende para a criminalização da marginalidade social.

Em *Vidas desperdiçadas* Bauman sustenta que em sua formulação econômica e política, o problema da superpopulação é uma “ficção atuarial” que, de um modo um tanto quanto turvo, expressa o tratamento da questão social pela via da exclusão; o traço definidor e a prerrogativa do poder soberano agora situado sobre a esfera econômica. Para Bauman, “superpopulação” é a expressão destinada a excluir e a condenar um certo conjunto de pessoas cujo número, ao contrário de fomentar os índices econômicos, tornam muito mais custosa a obtenção, para não dizer a elevação, dos indicadores de seu funcionamento regular ou adequado. Em outros termos, excesso populacional é designação para aquela parcela da população que já não pode ser reintegrada aos padrões de vida normais e reconduzida para a categoria do membros ‘úteis’ da sociedade. No problema do excesso populacional resta a pressuposição de que “sempre há um número demasiado *deles*. ‘Eles’ são os sujeitos dos quais deveria haver menos – ou ainda melhor, não deveria haver nenhum. E nunca há um número suficiente de *nós*. ‘Nós’ são as pessoas das quais deveria haver mais” (Bauman, 2010b, p. 154)

Mas essa variedade histórica de refugio humano aponta para um tipo de poder soberano, o econômico, que apesar de se prestar à compreensão nos moldes teóricos fornecidos por Karl Schmitt (particularmente em função do princípio de *exceção*), extrapola os seus limites no que se refere à ideia de escolha das vítimas legítimas em virtude da ordem que se planeja construir. Pois ao contrário da exclusão proposital de certas vítimas da proteção da lei a partir do poder soberano de matriz schmittiana, as vítimas da subclasse, que em última análise são excluídas por determinações econômicas, “são, em vez disso, ‘baixas colaterais’ inesperadas, não intencionais e não planejadas do progresso econômico.” (Bauman, 2004a, p. 53).

Essa colateralidade evoca portanto a própria *ordem da contingência*, aquela espécie de governo do caos em que ninguém dá as ordens e nem tampouco assume a responsabilidade, que não escolhe as vítimas mas engendra riscos incontrolláveis e lança a vida humana numa precariedade estrutural. Refratária à estabilidade e ao planejamento das trajetórias de vida, quer elas sejam consideradas individual ou coletivamente.

2.3

O governo do descontrol

2.3.1

Descontrol das atividades e planejamento da vida segundo cálculos do risco

Em certo sentido é sobre os riscos econômicos que ainda devemos falar. Os consideraremos agora sobre o foco exclusivo da fonte de que eles emanam, procurando destacar duas das principais consequências do que, até o momento, não fizemos senão indicar com a denominação genérica de precariedade estrutural ou estratégica do regime flexível. No curso dessa breve análise sobre a casualidade das determinações econômicas e algumas de suas mais significativas implicações sobre as atividades do trabalho e da política, especialmente admitidas como expedientes humanos para afrontar a imprevisibilidade do futuro⁴⁵, daremos um conteúdo conceitual mais preciso ao termo precariedade.

O caráter contingencial da poderosa ordem econômica provoca uma desordem sem precedentes nos assuntos cuja luta contra imprevisibilidade e os riscos era tradicionalmente confiada às atividades do trabalho; no âmbito individual, e aos empreendimentos políticos; na esfera da vida coletiva. No combate às incertezas do futuro contra as quais, especialmente no desempenho das atividades do trabalho e da política, o homem procurou se entrincheirar, também operam os dispositivos constitutivos da “confiança básica”. Essa decisiva

⁴⁵ Pressupomos aqui que trabalho e política, entre outras coisas, representam duas medidas do que, usando as palavras de Antony Giddens, podemos chamar de “colonização do futuro”, isto é, empreendimentos que tornam a organização, o planejamento e controle do tempo mais ou menos possíveis. Foi justamente isso o que mostrou a análise sobre o trabalho imediatamente precedente à era da flexibilidade. Para o que tivemos em conta as reflexões de Max Weber e Richard Sennett (capítulo I).

Que a política por sua vez, graças à faculdade de prometer, confere estabilidade e planejamento à vida humana é algo notavelmente registrado na fenomenologia da ação de Hannah Arendt. Para ela, “distintamente do perdão, que sempre foi considerado irrealista e inadmissível no domínio público – talvez devido a seu contexto religioso, talvez devido à ligação como o amor que acompanha sua descoberta – o poder estabilizador inerente à faculdade de fazer promessas sempre foi reconhecido em nossa tradição. Podemos remonta-lo ao sistema legal romano, à inviolabilidade de acordos e tratados (*pacta sunt servanda*); ou podemos atribuir sua descoberta a Abraão, o homem de Ur, cuja estória, como a Bíblia a conta, revela tão apaixonada inclinação para fazer alianças que é como se houvesse deixado seu país exclusivamente para pôr à prova na vastidão do mundo o poder da promessa recíproca, até que o próprio Deus finalmente consentiu em firmar como ele uma Aliança. Seja como for, a grande variedade de teorias do contrato confirma, desde os tempos de Roma, que o poder de fazer promessas ocupou, ao longo dos séculos, o centro do pensamento político.” (Arendt, 2010, p. 303-304)

fonte de “segurança relativa para a continuidade da vida cotidiana” (Giddens, 2002, p. 126), que encontrou novos e extraordinários desafios no clima social atualmente marcado por uma sensação de riscos difusos.

Essa dupla crise não é fruto do acaso. A incerteza é agora um dispositivo de poder e a medida programática e sistêmica com que a nova economia (fundada sobre a impotência individual e coletiva) assalta a ordem da estabilidade, do planejamento e de toda sorte de circunspeção a longo prazo. Paradoxalmente fazendo da instabilidade, da ameaça e da desordem condições necessárias e estruturantes do mundo do trabalho e da esfera política, recriadas (o que significa desregulamentadas) à sua imagem e semelhança. O capítulo precedente procurou mostrar que a “ordem do descontrole” é um fenômeno coevo à desregulamentação do trabalho e da política. É pela colonização de duas das principais atividades orientadas para o planejamento das trajetórias de vida (trabalho e política) que a flexibilidade gera descontrole no presente e inviabiliza a pretensão humana de garantir uma certa previsibilidade e controle do futuro. Essa colonização inaugura justamente o governo da contingência.

Essa precariedade estrutural, não é ocioso repetir, é a condição inerente à sociedade de risco em que nenhum dos mais importantes meios de controle e gerenciamento das condições de vida, estão sob a jurisdição dos indivíduos ou mesmo das coletividades organizadas politicamente. O governo da flexibilidade, na medida em que impõe limites decisivos à capacidade humana de planejamento (liberando assim uma mentalidade de curto prazo afinada com o consumismo erigido em norma de comportamento social), determina uma nova e problemática relação com o futuro que de todo agora escapa ao governo dos homens.

Contudo, a inevitável sensação de descontrole que recobre algumas das mais significativas atividades humanas (e fomenta a impressão geral de que a ordem da flexibilidade empossa o governo da casualidade, da desordem e do caos), não seria tão profunda sem o fato de que, é da natureza do poder extraterritorial a indefinição ou a impossibilidade de *localização* de um centro de comando ou de comandantes dotados de identidade⁴⁶. Mas o que é ainda mais

⁴⁶ “Os principais atores desse drama são ‘termos de comércio’, ‘demandas do mercado’, ‘pressões competitivas’, padrões de ‘produtividade’ e ‘eficiência’, todos encobrindo ou negando de modo explícito qualquer conexão com as intensões, vontade, as decisões e as ações de pessoas reais, dotadas de nomes e endereços.” (Bauman, 2004a, p. 53-54). Mas tais determinações econômicas não são menos poderosas por não serem ostensiva e fisicamente situadas. A este respeito convém

decisivo para o problema da precariedade é que essas forças mudas e anônimas com que as determinações econômicas condicionam a vida social são, ou ao menos se empenham para ser, plenamente livres do controle político. Por fim, o derradeiro fator da economia flexível que consolida o problema da precariedade como fenômeno de massa, é que esses mesmos processos econômicos flutuantes que atravessam e condicionam o social estão sempre na iminência de provocar mudanças repentinas e insondáveis, de nenhum modo previsíveis.

Portanto a precariedade estrutural deriva da condição de radical indeterminação do processos econômicos. Livres no sentido de que não sofrem restrições políticas, nem tampouco de indivíduos ainda mais impotentes. E sobretudo livres no sentido de que ninguém está comando. Os processos econômicos estão realmente fora do controle político, mas também dos próprios operadores econômicos. Um estado de desordem, uma espécie de descontrole pleno, é o traço típico da nova economia. Em função disso a incerteza e o risco se tornaram a marca de ferro quente da flexibilidade sobre as condições gerais da vida na alta modernidade.

Ao contrário das ações humanas cuja imprevisibilidade é mais ou menos remediável pela faculdade de prometer e estabelecer acordos e contratos, a imprevisibilidade das forças econômicas é do tipo que não se pode remediar. Na verdade é este o registro implícito na ideia de efeito colateral inesperado enquanto aspecto característico dos processos econômicos. Dissemos anteriormente que essa colateralidade evoca a própria ordem da contingência que agora fecha cerco sobre as instituições de ponta, inclusive políticas, do capitalismo flexível.

Como Ulrich Beck explicou, a parte das competência decisórias expropriada do sistema político e simultaneamente arrogada pelo sistema de livre mercado implica um novo arranjo institucional em que as mudanças sociais antes tomadas do interior da malha política (a partir de uma ação intencional presidida por uma motivação e articulada a um certo objetivo), são agora comutadas, conduzidas e admitidas como efeitos colaterais incalculáveis da ordem flexível. Muito embora partam de decisões tomadas mediante cálculos técnico-econômicos.

O efeito colateral imprevisível latente nas determinações econômicos encaminha à demissão o planejamento estratégico das trajetórias de vida

lembrar ainda a afirmação de Hannah Arendt de que essa “espécie de governo de ninguém não deixa de governar por ter perdido sua personalidade.” (Arendt, 2010, p. 49).

anteriormente efetuado pelo trabalho e pela política, mas também os próprios critérios modernos de racionalidade da ação política. Isso em vista do fato de que os aspectos mais decisivos das vidas individual (no trabalho) e coletiva (na política) agora envolvem antes de tudo decisões compulsivas, econômica e politicamente necessárias, que divorciam a ação da vontade e o poder da política, bem como variáveis e movimentos econômicos fortuitos e imperscrutáveis.

A colateralidade incalculável aninhada nesse jogo é por isso o que melhor define as ações não previsíveis e de consequências inimputáveis, próprias do governo de ninguém (uma ordem de coisas para a qual não há responsáveis), ao mesmo tempo em que anuncia o caráter paradoxal das condições que podemos registrar como “ordem do descontrole” ou “governo caos”.

A despeito do contrassenso evidente, essas denominações evocam o fato de que o regime flexível se define pela disposição economicamente metódica de alçar a instabilidade à posição de norma fundamental para a recomposição da vida humana. Em flagrante desafio aos dados fornecidos pelas pesquisas antropológicas e filosóficas, que reconhecem no que chamam de *homo faber* a disposição humana para afrontar a instabilidade que governa a vida no plano biológico ou natural⁴⁷, a nova economia se empenha em içar a casualidade à forma artificial, desejável e necessária de organização da vida humana.

A interdição do planejamento e do controle das condições de vida cria assim uma atmosfera social que, inóspita aos compromissos de longo prazo e estruturada na instabilidade e no risco (a que todos são pressionados a se ajustar), permite-se compreender à luz de um tipo de jogo cuja única regra permanente é não ter regras fixas. Mudando segundo padrões econômicos essencialmente cambiantes e imprevisíveis, o caráter contingencial da nova economia aproxima a relação humana geral com o futuro daquela espécie de aposta traduzível nos incertos lances de uma roleta, a que Richard Sennett em *A corrosão do caráter* se referiu relativamente ao trabalho flexível⁴⁸. Resvalando para o plano das

⁴⁷ Esse assunto é um dos principais panos de fundo para o exame mais detido sobre a longa promoção histórica da mentalidade de curto prazo, que, à luz das reflexões arendtianas, empreendemos na segunda parte deste estudo. Em termos pontuais a análise do *homo faber* é considerada na seção um para a segunda e última parte.

⁴⁸ Para Richard Sennett, como explicitamos no capítulo anterior, no âmbito do trabalho, em específico, o estado permanente de provisoriedade dos padrões econômicos exigem tanto a constante disposição para se reajustar, como o aprimoramento de “habilidades potenciais” em detrimento da perícia; o compromisso de longo prazo pressuposto na capacidade de fazer algo bem

competências decisórias da economia flexível, o planejamento individual ou coletivo das trajetórias de vida se reduz a uma espécie de roleta do tempo com consequências profundamente deletérias e angustiantes. Não obstante, como vimos em outro momento, é próprio de um jogo de azar que as virtudes dos bons jogadores (individual ou coletivamente considerados) se agrupem na tolerância e na disposição em assumir riscos.

O planejamento estratégico do percurso vital pressuposto e encorajado pelo trabalho examinado por Max Weber, mas também pela política como foi tradicionalmente compreendida, é agora inviabilizado nesse espaço de transição em que emerge a era flexibilidade ou o tempo da economia emancipada – que para precisar o foco de análise do presente capítulo também chamamos agora de “governo da contingência”.

No cenário em que as condições gerais da vida resguardam profundas afinidades com as características de um tipo bastante ariscado de jogo, a noção intermediária conceitualmente mais próxima da nova e problemática relação que os negócios, o trabalho e a política mantêm com o futuro, se define melhor como “aposta” (uma forma altamente arriscada de caminhar em meio a incerteza sistêmica) do que como planejamento estratégico (o modo humano de remediar a imprevisibilidade do futuro). Aparadas as arestas, a aposta como noção derivativa de uma certa categoria de jogos parece de fato a melhor ilustração possível à condição de precariedade estrutural em que são lançados os indivíduos e as coletividades em função das transformações históricas que culminam na emancipação do econômico.

Não por acaso, a “necessidade” de manter uma ativa tolerância para com a contingência e a fragmentação, constantemente lembrada no interior da ordem flexível, enfatiza as virtudes da adaptabilidade às circunstâncias como traços do caráter disposto a assumir riscos⁴⁹. Todavia, tal “necessidade” que os fatores econômicos transmutam nas “virtudes” equivalentes aos aspectos da conduta esperada, – uma conduta que, nos termos de Richard Sennett, se orienta pelo

feito. Mas a “virtude” da “adaptabilidade” é algo que ordem flexível reivindica antes de tudo no plano político.

⁴⁹ “Talvez o que leva o capitalista hoje a buscar muitas possibilidades ao mesmo tempo não seja mais que a necessidade econômica. Tais realidades práticas exigem no entanto uma determinada força de caráter — a de alguém que tem a confiança de permanecer na desordem, alguém que prospera em meio ao deslocamento. [Todos] são estimulados por trabalhar em muitas frentes diferentes ao mesmo tempo; é parte da energia da mudança irreversível. (Sennett, 2011, p. 72-3)

pensamento em termos de curto prazo –, frequentemente provoca efeitos desnorteantes em função do empenho em traduzir a instabilidade num modo de organização da vida no qual “os indivíduos dispõem-se a assumir riscos sem poder prever os resultados.” (Sennett, 2011, p. 146)

Com efeito, as pesquisas de Richard Sennett, Zygmunt Bauman e Ulrich Beck (examinadas anteriormente) terminam por inferir que as inequívocas experiências de descontrole subjacentes às vivências do trabalho e à perda de poder na esfera política instilam, tanto plano individual quanto no coletivo, a angustiante sensação de estar à deriva, de desorientação generalizada.

Numa espécie de arremate para as conclusões a que chega sobre o novo capitalismo, em seu estudo sobre as consequências pessoais do trabalho flexível, Richard Sennett observa que a singularidade da incerteza em nosso tempo se deve ao fato de que, ao contrário de épocas precedentes, ela se sustenta agora sem qualquer iminência de desastre histórico. A instabilidade, como afirma o próprio Sennett, “está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo” que, normalizando a incerteza, “desorienta a ação a longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia vontade de comportamento.” (Sennett, 2011, p. 33).

Convém destacar por isso que a expressão “sociedade de risco”, conceituada por Ulrich Beck e Antony Giddens como aquela sociedade que introduz um novo parâmetro de riscos auto gerados e de altas consequências, envolve também uma das mais ponderadas avaliações para instabilidade constitutiva da ordem do descontrole.

Em estreita relação com esses riscos auto gerados e o descontrole característico do regime flexível, figura outro problema para o qual acenamos acima: o desafio à “confiança básica” suscitado pela precariedade estrutural⁵⁰. Conceituada por Antony Giddens como o aspecto “fundamental para as conexões entre as rotinas diárias e as aparências normais” ou a “confiança na continuidade dos outros e do objeto-mundo” (Giddens, 2002, p. 120, 221), portanto como uma espécie de “fé” na coerência e na estabilidade da vida cotidiana, a confiança básica tende a ser e normalmente é desafiada em um contexto de riscos multifacetados e difusos. Em um cenário social de ansiedade em que mesmo as

⁵⁰ Cf. a seção “Um novo trabalho para um novo capitalismo”.

atividades humanas que antes exprimiam controle e segurança recebem a marca da contingência e do desgoverno de uma economia emancipada e globalizada, de cujo poder ninguém consegue escapar completamente.

Tais forças econômicas flutuantes, sem comprometimentos de longo prazo e imprevisíveis – que fundam a precariedade estrutural do novo capitalismo –, impõem desafios realmente penosos aos indivíduos. Especialmente por que a precariedade operacional supõe e recomenda aquele traço de caráter que Richard Sennett definiu como uma disposição para resistir à fragmentação, associada à confiança para se ajustar e permanecer na desordem. O estado de descontrole endêmico no mundo humano sob o governo da contingência mina os derradeiros vestígios daquela ordem da estabilidade em que se amparava a “confiança básica” regular subjacente aos empreendimentos e compromissos de longo prazo. Essa instabilidade difusa que associada à impotência gera uma incerteza sistêmica especialmente cara à ordem capitalista flexível, opõe obstáculos realmente angustiantes e desafiadores à “confiança básica” que norteia a vida humana no mundo⁵¹.

É na ansiedade que os indivíduos mais se ressentem da precariedade estrutural do sistema flexível. Com efeito, “é bastante natural que a flexibilidade cause ansiedade: as pessoas não sabem que riscos serão compensados, que caminhos seguir” (Sennett, 2009, p. 9). A normalização social da incerteza que combina impotência, descontrole e expectativa de risco, incita um generalizado sentimento de desorientação interior, particularmente provocado pelas novas condições que emergem no mercado de trabalho e na vida política. Quando a “seta do tempo se partiu” no mundo do trabalho e o controle das condições da vida social também se esvaiu da esfera política – isto é, quando a parte mais significativa do empenho humano na definição de uma trajetória para a vida se rendeu à casualidade dos imperativos econômicos –, a confiante organização do tempo e da vida pelo planejamento estratégico de certas atividades cedeu lugar aos sentimentos de desnorteio e ansiedade.

⁵¹ Convém portanto recordar a constação de Giddens segundo a qual: “as rotinas adquiridas, e as formas de domínio associadas a elas, no início da vida, são mais que simples modos de ajuste ao mundo preexistentes de pessoas e objetos. São constitutivas de uma aceitação emocional da realidade do “mundo exterior” sem a qual uma existência segura é impossível.” (Giddens, 2002, p. 45)

Por seu lado, o sentimento de confiança que se prende às experiências mundanas de planejamento estratégico da vida e continuidade das relações, instituições e objetos, já não encontra tantas oportunidades numa cultura geral de descontrolo, insegurança, consumismo e instabilidade sistêmicas. Daí que a confiança básica, este “dispositivo de triagem em relação a riscos e perigos que cercam a ação e a interação”⁵² (Giddens, 2002, p. 43), encontre-se numa espécie de experiência-limite diante da sociedade de risco. Em um sistema social de riscos autogerados e circundantes (com o qual a ordem econômica globalizada contribui significativamente, embora em hipótese alguma de forma exclusiva), a supressão da ordem da estabilidade impõe a necessidade de pensar constantemente em termos de risco – perante uma realidade que oferece menos condições à sua suspensão – lança novos desafios à confiança básica.

Nas circunstâncias da vida cotidiana a confiança básica é a segurança generalizada que para Giddens, conforme sugerimos, se expressa na atitude de pôr entre parênteses as questões que de outro modo provocariam sobressaltos ou desassossegos inibidores à confiança regularmente pressuposta nas ações mais habituais⁵³. Não é indiferente o fato de que esta espécie de núcleo de normalidade ou “casulo protetor” ordenado em torno de “possibilidade descontadas” com que o indivíduo se cerca, (como Giddens explica sob o amparo teórico de Goffman e Schutz), envolve mais do que cercanias físicas imediatas. Seu raio de ação se entende à porções indeterminadas do espaço e do tempo, desenvolvendo um sistema de relevâncias para um fluxo de ações que enquadra toda a vida do indivíduo. Portanto, envolve tanto os arredores em que estão as práticas do aqui e agora, quanto projetos e planejamentos da vida de alcance temporal variado.

⁵² Nesse mesmo contexto Antony Giddens ainda afirma que a confiança básica “é o principal suporte emocional de uma carapaça defensiva ou *casulo protetor* que todos os indivíduos normais carregam como meio de prosseguir com os assuntos cotidianos”. E que “esse sentido de ‘invulnerabilidade’, que bloqueia as possibilidades negativas em favor de uma atitude generalizada de esperança, deriva da confiança básica”. Tal confiança “liga-se intimamente ao caráter tácito da consciência prática – ou, em termos fenomenológicos, ao ‘pôr entre parênteses’ suposto pela ‘atitude natural’ na vida cotidiana.” (Giddens, 2002, p. 43, 40)

⁵³ “O que outras pessoas parecem fazer, e quem elas parecem ser, é geralmente aceito como o que elas realmente fazem e quem realmente são. Consideremos, porém, o mundo do espião que, no interesse da autopreservação, não pode aceitar o âmbito das aparências normais da mesma maneira que as outras pessoas geralmente o fazem. O espião suspende parte da confiança generalizada que é geralmente depositada nas ‘coisas como elas são’, e sofre ansiedades torturantes sobre o que em outras circunstâncias seriam acontecimentos mundanos. Para a pessoa comum um engano telefônico pode ser uma irritação menor, mas para o agente disfarçado isso pode ser um sinal perturbador, que causa um sobressalto.” (Giddens, 2002, p. 120)

Os movimentos do agora se orientam segundo os dados fornecidos pelas imediações físicas do contexto, enquanto os riscos não imediatos são acompanhados, monitorados e calculados em função de fontes de ameaças distantes e difusas. Em circunstâncias (modernas) em que riscos globalizados e de alta consequência são permanentemente auto gerados, esse dispositivo de confiança generalizada, tacitamente operante no domínio da consciência prática é realmente desafiado. Pois

Viver nas circunstâncias das instituições modernas, em que o risco é reconhecido como tal, cria certas dificuldades específicas para o investimento generalizado de confiança em ‘possibilidades descontadas’ – possibilidades que são postas entre parênteses como irrelevantes para a auto-identidade e objetivos do indivíduo. [É típico da condição de racionalização da modernidade que] a segurança psicológica que concepções de sina podem oferecer está excluída de antemão, da mesma forma que a personalização de eventos naturais na forma de espíritos, demônios e outras entidades. (Giddens, 2002, p. 122)

Giddens argumenta que em resposta às dificuldades que a sociedade de risco apresenta ao expediente que inocula as possibilidades de sobressalto (classificando-as simplesmente como irrelevantes), o indivíduo moderno divide o núcleo móvel de normalidade por ele ativado em acontecimentos projetados e incidentais. A particularidade destes últimos é que constituem um grupo mantido sob atenta vigilância. Mas tal precaução somente em um sentido limitado permite ao indivíduo “por entre parênteses” os acontecimentos incidentais, já que os riscos implícitos em tais acontecimentos constituem agora aquilo que ele precisa (numa espécie de espaço de confinamento) manter sob a vigilância de um minucioso e calculado monitoramento.

Nesse caso, as práticas modernas do casulo protetor, que Giddens identifica com o substrato da confiança, substitui a *suspensão* efetiva dos riscos por uma tipo de *quarentena* de período indeterminado. Como semelhante prática forma o pano de fundo para as relevâncias com as quais o indivíduo estabelece o fluxo de ações, o corolário disso é que a “aferição do risco – a ou o equilíbrio entre riscos e oportunidades – se torna o elemento central da colonização pessoal de domínios futuros”. (Giddens, 2002, p. 122)

A segurança e o empenho em função do controle do tempo, num mundo em que a estabilidade e mesmo as atividades de planejamento da vida definham, se traduzem numa espécie de cálculo do risco⁵⁴. Em face de um risco estrutural e

⁵⁴ A estratégia de cálculo do risco está presente tanto no plano individual quanto no plano público. É o que Giddens procura mostrar na seguinte passagem: “uma parte psicologicamente crucial do

inescapável, em virtude do qual nada pode ser tido como certo, o cálculo do risco (fenômeno tipicamente moderno)⁵⁵ é finalmente consolidado como um meio de procurar estabilizar os resultados, transmutado em um modo realmente precário de colonizar o futuro. Na sociedade de riscos a confiança básica que Giddens define como um expediente individual que engendra áreas de segurança relativa para a normalidade da vida, não se estrutura tanto como *suspensão* dos riscos como atitude tácita e natural da consciência prática, quanto por *cálculos do risco*.

Nesse contexto, o universo dos eventos futuros está aberto para ser controlado pela intervenção humana apenas “dentro de limites que, tanto quanto possível, são regulados pela aferição do risco”. Para um esforço de conciliação poderíamos dizer ainda que o cálculo do risco é a forma que a alta modernidade elege para “suspender”, isto é, racionalizar as apostas sobre os riscos circundantes. Quando as tentativas de escapar aos riscos socialmente endêmicos e estruturais se assemelham aos improdutivos esforços para pular a própria sombra, é em certo sentido natural que as estimativas ou as análises dos perfis de risco se tornem fundamentais para a colonização do futuro. Giddens estava certo ao pressupor que

casulo protetor é o desvio das consequências que o pensamento em termos de risco supõe. Como a análise dos perfis de risco é parte central da modernidade, o conhecimento das probabilidades de diferentes tipos de atividades ou eventos constitui um dos meios pelos quais isso pode ser realizado. O que pode ‘dar errado’ é posto de lado por ser tão improvável. [...] *O monitoramento reflexivo do risco é intrínseco ao sistema institucionalizado de risco. Em relação a outros parâmetros ele é extrínseco, mas não menos fundamental para as oportunidades de vida e para o planejamento da vida.* Uma parte significativa do pensamento especializado e do discurso público de hoje é feita da análise de perfis de risco – a análise de qual é, no estado corrente do conhecimento e nas condições correntes, a distribuição dos riscos em dados ambientes de ação. Como o que é ‘corrente’ em cada um desses aspectos está constantemente sujeito à mudança, tais perfis devem ser permanentemente revisados e atualizados.” (Giddens, 2002, p. 122, 113. Grifos nossos)

Particularmente interessante é a apreciação crítica de Beck a respeito da análise científica do perfil de risco: “a pretensão de racionalidade das ciências de determinar *objetivamente* o teor de risco do risco refuta-se a si mesma permanentemente: ela baseia-se, por um lado, num *castelo de cartas de conjecturas* e move-se unicamente no quadros de *asserções especulativas*, cujos prognósticos de segurança não podem, a bem da verdade, ser refutados sequer por acidentes *reais*. Por outro lado, é preciso ter assumido um ponto de vista *axiológico* para chear a poder falar de riscos com alguma propriedade. Costatações de risco *baseiam-se* em *possibilidades* matemáticas e interesses sociais, mesmo e justamente quanto se revestem de certeza técnica. Ao ocuparem-se com riscos civilizacionais, as ciências sempre acabam por abandonar sua base de lógica experimental, contraindo um casamento polígamo com a economia, a política e a ética – ou mais precisamente: elas conviêm numa espécie de ‘concubinato não declarado’.” (Beck, 2010, p. 35. Grifos do autor)

⁵⁵ “A noção de risco se torna central numa sociedade que está deixando o passado, o modo tradicional de fazer as coisas, e que se abre para um futuro problemático. [...] Em ambientes em que a sina desapareceu, toda ação, mesmo a que se atém a padrões fortemente estabelecidos, é em princípio ‘calculável’ em termos de risco – alguma espécie de estimativa geral do risco pode ser feita para praticamente todos os hábitos e atividades, em relação, a resultados específicos. A intromissão dos sistemas de abstratos na vida cotidiana, junto como a natureza dinâmica do conhecimento, significa que a consciência do risco se infiltra nas ações de quase qualquer um.” (Giddens, 2002, p. 106)

“seu estudo pode nos dizer muito sobre elementos centrais da modernidade.”
(Giddens, 2009, p. 104, 109)

2.3.2

A naturalização dos assuntos do mundo humano

As análises precedentes formam o pano de fundo para uma inferência amplamente aceita que ratificamos aqui. Apesar de concernir a certas atividades práticas dos indivíduos, o mundo do trabalho e o âmbito político nos quais se efetiva o divórcio entre vontade e comportamento (na medida em que estão determinantemente envolvidos por variáveis econômicas insondáveis), têm hoje aquele estranho aspecto de produto natural, marcado pela independência da vontade e da intensão dos próprios agentes.

Com efeito, vimos que as determinações econômicas do sistema flexível são sempre contingentes. O que significa que não resultam de qualquer planejamento, e embora justamente por isso sejam em princípio fortuitas e casuais, são admitidas como necessárias e inevitáveis do ponto de vista político tanto quanto do econômico. Tendo recuperado esta constatação, devemos recordar a afirmação de Bauman de que a “naturalização *sui generis* do curso que os assuntos do mundo estão tomando” envolve “o fato de estarem essencialmente fora dos limites e de controle, adquirindo um caráter quase elementar, não planejado, imprevisto, espontâneo e contingente.” (Bauman, 2000, p. 193).

A naturalização dos assuntos do mundo humano define assim a impossibilidade de imputar externamente o descontrole que em última análise se radica nos movimentos compulsórios e decisivos que impelem o “desenvolvimento” social. Trata-se do aspecto que Ulrich Beck conceituou como uma “imputabilidade civilizacional do risco”⁵⁶ (Beck, 2010, p. 49). Nas condições modernas de risco autogerados o próprio desgoverno sobre as condições de vida

⁵⁶ Para Beck o risco autogerado “de certo modo, faz lembrar o *destino associado ao estamento na Idade Média*. Agora existe uma espécie de *destino associado à ameaça na civilização avançada*, para o qual se nasce e do qual ne todo o esforço permite escapar, com a ‘pequena diferença’ (sendo a que tem maior eficácia) de que *todos* nos confrontamos com ele de modo similar. [...] Na civilização avançada, que surgiu para abolir as destinações, para oferecer às pessoas possibilidades de escolha, para libertá-las de constrições naturais, acaba surgindo uma nova destinação, global, de alcance mundial, fundada na ameaça.” (Beck, 2010, p. 49. Grifos do autor)

expresso no poder e colateralidade das determinações econômicas, tanto quanto os outros ricos não propriamente econômicos, é um produto exclusivamente social. Uma espécie de força natural auto impelida e de movimentos espontâneos se originada no interior do artifício humano, que exige novos expedientes de “controle” – como a análise do perfis de risco –, mas também uma certa dose de resignação. O que, aliás, é lacônica e recorrentemente expressa na afirmação que sustenta “não haver alternativas”, a mesma que Bauman diz ser uma das mais pronunciadas por políticos quando tratam de questões econômicas.

De qualquer maneira, a inexorabilidade em função da qual as condições da vida social por nenhuma sorte de interferência poderiam ser diferentes do que são (razão mesma da precariedade sistêmica e em grande medida do próprio risco estrutural subjacentes às sociedades modernas), é o produto inequívoco de uma economia flexível emancipada. Ao lidar com o descontrole e as agruras de uma marcha imprevisível e fatal, que assim como os fenômenos naturais não se pode conter, a sociedade de risco se vê confrontada consigo mesma, naquilo que McKibben definiu como uma “nova ordem natural.” (Mckibben apud Giddens, 2002, p. 129)

A “ordem do descontrole” como a conceituamos na seção precedente, a saber, como expediente econômico em favor do qual o empenho político e os esforços individuais de planejamento da vida se veem igualmente pressionados a lavar as mãos, implica o desmantelamento de toda ordem existente em função da liberação sistemática para os movimentos espontâneos do capital. Repercutindo sobre os operadores políticos estes movimentos redefinem a própria malha da normalidade, ao substituir os critérios de racionalidade política moderna pela aceitação resignada da espontaneidade indeterminável de tais movimentos.

Essa revolução na malha da regularidade política deflagra um fluxo decisivo de procedimentos automáticos nos assuntos do mundo humano. Cujas normalidade patente nos reporta finalmente ao fato elementar das “necessidades” econômicas constituírem os principais critérios de aferição da relevância dos engajamentos individuais e sobretudo dos empreendimentos políticos, ou seja, a própria pedra de toque numa sociedade de consumidores. A consequência disso é a naturalização compreendida como fatalidade, uma espécie de destinação compulsória dos assuntos humanos de que falam Ulrich Beck e Zygmunt Bauman.

Num contexto de rearranjo institucional em que as transformações e o controle das trajetórias de vida tradicionalmente confiadas ao trabalho e à política são comutadas e conduzidas como em efeitos colaterais latentes de decisões econômicas (ou quando o potencial de configuração social é desviado do planejamento estratégico na direção de efeitos colaterais inesperados) “o raciocínio esquemático do ‘efeito colateral latente’ equivale a uma espécie de licença, a um *destino natural* civilizatório, que simultaneamente reconhece, distribui seletivamente e justifica efeitos a serem evitados.” (Beck, 2010, p. 41)

Mas o processo moderno de imbricação que de algum modo põe em contiguidade mundo humano e natureza, se efetiva por dois movimentos que embora estejam estreitamente articulados são em princípio distintos. Para além da referida *naturalização do destino humano* a chamada modernidade tardia implica também uma *artificialização do natural* ou, nos termos de Beck, uma “*socialização da natureza*”. O sociólogo alemão argumenta que o processo secular de degradação industrialmente forçada dos setores ecológicos e naturais da vida, em fins do século XX, finalmente deflagra no mundo humano uma dinâmica social, econômica e política sem precedentes na história. Essa dinâmica inusitada impõe nos nossos dias a necessidade de uma reconsideração da relação entre natureza e sociedade.

Para Beck o decisivo é que os últimos desdobramentos do processo de industrialização refutaram a pressuposição aceita nas teorias sociais do século XIX (e com algumas modificações também no século XX), de que a natureza é algo predeterminado, a ser subjugado e em flagrante contraponto e distinção em relação à sociedade compreendida como artifício. Mais do que isso, as consequências da industrialização tornaram até mesmo historicamente falsa a ideia de uma separação estanque entre sociedade e natureza. Isso a crermos que no

No final do século XX, a ‘natureza’ *nem* é predeterminada e *nem* designada, tendo-se transformado em produto social e, sob as condições naturais de sua reprodução, na combalida ou ameaçada estrutura *interna* do universo civilizatório. Todavia, isto implica dizer: destruições da natureza, integrada à circulação universal da produção industrial, deixam de ser ‘meras’ destruições da natureza e passam a ser elemento constitutivo da dinâmica social, econômico e política. O imprevisto efeito colateral da socialização da natureza é a *socialização das destruições e ameaças incidentes sobre a natureza*, sua transformação em contradições e conflitos econômicos, sociais e políticos: danos às condições naturais da vida convertem-se em ameaças globais para as pessoas, em termos medicinais, sociais e econômicos – com desafios inteiramente novos para as instituições sociais e políticas da altamente industrializada sociedade global.⁵⁷ (Beck, 2010, p. 98)

⁵⁷ Grifos do autor.

Em fins do século XX as ameaças civilizacionais à natureza são incontornavelmente transformadas em ameaças sociais, econômicas e políticas. Para além de justificar o conceito de “sociedade de risco”, esta constatação registra a integração da natureza à civilização. Com efeito, Beck observa que enquanto o conceito clássico de sociedade industrial se apoia na contraposição entre sociedade e natureza, o conceito de “sociedade (industrial) de risco” supõe uma natureza incorporada à civilização. Os riscos da modernização, enquanto implicam um arranjo conceitual para as diferentes modalidades de destruição e intervenção humana sobre a natureza, indicam o fato e a forma como estes fenômenos são socialmente ressentidos.

Daí que a sociedade em seus mais diversos subsistemas (economia, política), precisamente na modernidade tardia, não possa ser mais compreendida como autônoma em relação à natureza. Portanto, estamos em um contexto em que a natureza não pode ser compreendida sem a sociedade e nem tampouco pode a sociedade ser compreendida sem a natureza⁵⁸.

De fato, os problemas ambientais são, como afirma Beck, mais problemas humanos do que propriamente naturais, são problemas cuja origem e resultados se enraízam na relação humana com o mundo, hoje fundamentalmente estruturada (como procuramos mostrar) por uma certa constituição econômica. Em todo caso, “no final do século XX, vale dizer: natureza é sociedade, sociedade (também) é ‘natureza’. Quem quer que hoje em dia fale da natureza como negação da sociedade, discorre em categorias de um outro século, incapazes de abarcar nossa realidade.”⁵⁹ (Beck, 2010, p. 99).

Em suas derradeiras consequências o triunfo do sistema industrial faz com que as fronteiras entre a natureza e os assuntos do mundo humano se desvançam,

⁵⁸ “McKibben argumenta, com grande plausibilidade, que a intervenção humana no mundo natural foi tão profunda e abrangente que hoje podemos falar do ‘fim da natureza’. A natureza socializada é muito diferente do antigo ambiente natural, que existia separado dos afazeres humanos e lhes fornecia um pano de fundo relativamente imutável. ‘É como a antiga natureza que produz seus efeitos através daquilo que concebemos como processos naturais (chuva, vento, calor), mas não oferece nenhum consolo – a fuga do mundo humano, um sentido de permanência, ou mesmo de eternidade’. A natureza no sentido antigo, diz McKibben, era imprevisível: tempestades podiam chegar sem aviso, maus verões podiam destruir safras, enchentes devastadoras podiam decorrer de chuvas inesperadas. A tecnologia e o saber modernos tornaram possível um melhor monitoramento das condições do tempo, e o manejo aperfeiçoado do ambiente natural permitiu a superação de perigos existentes ou pelo menos a minimização de seus impactos. Mas a natureza socializada é sob certos aspectos menos confiável que a ‘antiga natureza’, porque não podemos estar seguros de como a nova ordem natural vai se comportar.” (Giddens, 2002, p. 128-129)

⁵⁹ Grifos do autor.

no fenômeno que Beck e McKibben identificam com a socialização da natureza. Em virtude de tal processo a própria natureza (a rigor, a “segunda natureza”), já há algum tempo é algo interno, extraído do processo civilizatório. Por consequência os danos à nova ordem natural, na qual não há um meio ambiente em que as consequências podem ser “impunemente” descarregadas, se traduzem em danos e conflitos sociais, políticos e econômicos. Os riscos da modernidade, num cenário em que a industrialização e as forças econômicas se globalizaram em termos sistêmicos, de fato já não podem mais ser abordados segundo o modelo da sociedade industrial alicerçado sobre a suposição implícita de um contraste entre natureza e sociedade.

A naturalização do destino humano e a socialização da natureza, respectivamente apoiadas na emancipação do econômico e na degradação industrial e intervenção científica sobre a natureza, têm em comum o fato de que os riscos que agregam não decorrem de fatores situado no exterior dos afazeres ou no domínio humano das determinações. Independentemente de quais sejam as fontes, os riscos mais decisivos em nosso tempo provêm do próprio desenvolvimento social e não da natureza em sentido primário.

Não há dúvida de que enquanto se prendem a um processo de industrialização apoiado sobre a ciência e a tecnologia, “as fontes de risco já não são mais o desconhecimento, e sim o *conhecimento*, não mais uma dominação deficiente, e sim uma dominação *aperfeiçoada* da natureza, [portanto] não mais o que escapa ao controle humano”⁶⁰ (Beck, 2010, p. 275). Ao passo que o descontrole, conforme temos enfatizado até o presente momento, é justamente o traço marcante do jogo imprevisível de processos econômicos. E isso a julgar que a desregulamentação do trabalho e da política inviabiliza as condições gerais para o domínio das condições de vida e o planejamento estratégico das trajetórias, tanto no âmbito privado quanto no público.

Esse fenômeno que aqui chamamos de emancipação do econômico funda a ordem da flexibilidade e da incerteza, cuja operacionalidade supõe e fomenta uma mentalidade historicamente inusitada, porque ajustada às situações de instabilidade, risco endêmico e provisoriedade sistêmica. Um mentalidade

⁶⁰ “[...] *No esforço pelo aumento da produtividade, sempre foram e são deixados de lado os riscos implicados. A primeira prioridade da curiosidade científico-tecnológica remete à utilidade produtiva, e só então, num segundo passo, e às vezes nem isto, é que se consideram também as ameaças implicadas.*” (Beck, 2010, p. 73)

disposta a renunciar às experiências humanas de planejamento, controle, segurança e estabilidade subjacentes aos empreendimentos e compromissos de longo prazo.